

**PERFIL
E ATUAÇÃO
DO JOVEM
ARQUITETO
E URBANISTA NO
RIO GRANDE DO SUL**

CIP – Catalogação na Publicação

G7B7pj Rorato, Geisa Zanini.

Perfil e atuação do jovem arquiteto e urbanista no Rio Grande do Sul [recurso eletrônico] / Geisa Zanini Rorato, Eugenia Aumond Kuhn e Bruno Cesar Euphrasio de Mello. – Porto Alegre : Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul; Faculdade de Arquitetura, UFRGS, 2024. 68 p. : il. color. digital.

ISBN nº 978-65-5973-383-5

Também publicado no formato impresso ISBN 978-65-5973-384-2

1. Arquitetura. 2. Arquitetos: Exercício profissional. 3. Arquitetos: Perfil profissional. 4. Urbanistas. 5. Conselho de classe profissional. 6. Formação profissional. 7. Carreira profissional. 8. Trabalho. 9. Ambiente de trabalho. 10. Mercado de trabalho. 11. Jovem. 12. Perfil demográfico. 13. Rio Grande do Sul. I. Kuhn, Eugenia Aumond. II. Mello, Bruno Cesar Euphrasio de. III. Título.

Elaborada pela Biblioteca Faculdade Arquitetura/UFRGS por Celina Leite Miranda – CRB-10/B37

PERFIL E ATUAÇÃO DO JOVEM ARQUITETO E URBANISTA NO RIO GRANDE DO SUL

Autores: Geisa Zanini Rorato, Eugenia Aumond Kuhn e Bruno Cesar Euphrasio de Mello

Realização:



Patrocínio:



CAU/RS
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Rio Grande do Sul

COORDENAÇÃO DA PESQUISA:

Geisa Zanini Rorato, Eugenia Aumond Kuhn
e Bruno Cesar Euphrasio de Mello

EQUIPE:

Alice Selbach (iniciação científica), Artur Souza (iniciação científica),
Éric Hendrix Ferreira Machado (iniciação científica), Gabriela Bronca
(iniciação científica), Laura Hack (iniciação científica), Maria Paloma
Bernardi (Arquiteta e Urbanista), Marina Paradinha (iniciação
científica) e Yandra Januário (iniciação científica)

CONSULTORIA:

Cleiton Guollo Taufemback (Estatístico)

CONTRATANTE:

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul - CAU/RS

PROJETO GRÁFICO:

Elina Tasca - Outubro Design

REVISÃO:

Press Revisão

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	6
APRESENTAÇÃO	8
APRESENTAÇÃO CAU-RS	13
PARTE 1	16
RETRATO ATUAL DO PROFISSIONAL JOVEM ARQUITETO E URBANISTA	
PERFIL DEMOGRÁFICO	19
INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	25
EXERCÍCIO PROFISSIONAL	30
RELAÇÃO COM O CAU/RS	46
JOVENS PROFISSIONAIS SEM REGISTRO ATIVO NO CAU/RS	49
PARTE 2	58
PERCEPÇÃO DE DESIGUALDADE NO MUNDO PROFISSIONAL SOBRE COR OU RAÇA	
CONCLUSÕES	62
REFERÊNCIAS	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAU/BR - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

CAU/RS - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

FSFA - Faculdade São Francisco de Assis

IES - Instituição de Ensino Superior

IF Farroupilha - Instituto Federal de Farroupilha

IMED Passo Fundo - Instituto Meridional de Educação, campus Passo Fundo

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

MEI - Microempreendedor Individual

PJ - Pessoa Jurídica

PUC/RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RRT - Registro de Responsabilidade Técnica

UCPEL - Universidade Católica de Pelotas

UCS Bento Gonçalves - Universidade de Caxias do Sul,
campus Bento Gonçalves

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

UFPEL - Universidade Federal de Pelotas

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSM Santa Maria - Universidade Federal de Santa Maria,
campus Santa Maria

ULBRA Carazinho - Universidade Luterana do Brasil, campus Carazinho

UNIRITTER - POA - Centro Universitário Ritter dos Reis, campus Porto Alegre

UNISINOS São Leopoldo - Universidade do Vale do Rio dos Sinos,
campus São Leopoldo

UPF - Universidade de Passo Fundo

URI Erechim - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das
Missões, campus Erechim

URI Santiago - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das
Missões, campus Santiago

APRESENTAÇÃO

O livro que você tem em mãos apresenta os resultados da pesquisa **Entendendo o quadro de atuação do arquiteto e urbanista¹ no Rio Grande do Sul**. Seu objetivo foi compreender, em uma perspectiva temporal, a profissão de Arquitetura e Urbanismo no Rio Grande do Sul desde a implantação do CAU em 2012.

O projeto foi realizado com o patrocínio do Edital de Pesquisas Acadêmicas CAU/RS (nº 004/2022). Este foi coordenado pelos professores do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFRGS Geisa Zanini Rorato, Eugenia Aumond Kuhn e Bruno Cesar Euphrasio de Mello. Contou ainda com a participação da arquiteta e urbanista Maria Paloma Bernardi, dos bolsistas de Iniciação Científica Alice Mazzoni Selbach, Artur Côrrea Souza, Éric Hendrix Ferreira Machado, Gabriela Bronca Lopes, Laura Hack Lopes da Silva, Marina Pinheiro Paradinha, Yandra Luiza Marciano Januário e com a consultoria de Cleiton Guollo Taufemback para os cálculos estatísticos.

Os resultados da pesquisa foram organizados em três livros:

Livro 1 - Perfil e atuação do arquiteto e urbanista no Rio Grande do Sul.

Livro 2 - Perfil e atuação do jovem arquiteto e urbanista no Rio Grande do Sul.

Livro 3 - Perfil e atuação da mulher arquiteta e urbanista no Rio Grande do Sul

O Livro 1 - Perfil do Profissional Arquiteto e Urbanista no Rio Grande do Sul sintetiza os resultados do perfil e da atuação do profissional de Arquitetura e Urbanismo. Os Livros 2 e 3 são dedicados a compreender em maior profundidade dois perfis específicos, os quais hoje compõem a maioria dos profissionais registrados no Conselho: os jovens profissionais e as mulheres.

O Livro 2 - Perfil do Jovem Profissional Arquiteto e Urbanista no Rio Grande do Sul está organizado em temas específicos, cada qual caracterizado por um conjunto de indicadores.

¹ Ressaltamos aqui que para fins de concisão textual e para atender à norma culta da língua portuguesa, adotamos como padrão o termo arquiteto e urbanista para nos referirmos à totalidade dos profissionais, sem querer ocultar, simplificar ou reduzir a pluralidade de gênero.

Um indicador é:

“uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado” (Ferreira, Cassiolato e Gonzales, 2009).

Os indicadores são úteis para subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais - foco de interesse do CAU/RS - e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre as mudanças e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais - foco de interesse da equipe da UFRGS (Jannuzzi, 2012).

Os indicadores foram calculados a partir dos resultados obtidos com a aplicação de um questionário enviado aos arquitetos e urbanistas do Rio Grande do Sul. O questionário foi aplicado remotamente através de plataforma online no segundo semestre de 2023. O convite para participação na pesquisa foi remetido aos profissionais sediados no Rio Grande do Sul por e-mail, pelas redes sociais e ferramentas análogas. Para garantir o anonimato dos respondentes, não foi solicitada qualquer informação que pudesse identificá-los.

O questionário teve por objetivo capturar informações qualitativas e de percepção e foi organizado em sete seções: (1) Perfil Demográfico; (2) Inserção no Mercado de Trabalho; (3) Exercício Profissional; (4) Relação com o CAU; (5) Percepção da Desigualdade no Mundo Profissional; (6) Maternidade/Paternidade; (7) Assédio e Violência. As informações obtidas na seção (1) Perfil Demográfico foram cruzadas com dados das outras seções, permitindo avaliá-las estratificadamente (ou seja, por idade, sexo, escolaridade, cidade de origem e sede de trabalho, etc.).

O questionário contou com 63 perguntas distribuídas nas sete seções. Entretanto, a depender do perfil do respondente, o número de questões dirigidas aos profissionais poderia variar - por exemplo, arquitetos e urbanistas sem filhos não respondiam às questões sobre maternidade/paternidade (seção 6), aqueles sem o registro ativo no CAU não respondiam às indagações sobre a relação com o Conselho (seção 4).

Para a composição dos indicadores deste Livro, foram considerados dois grandes grupos de respondentes: os jovens arquitetos e urbanistas, considerados nesta pesquisa como aqueles diplomados a partir de 2018 (ou seja, o jovem arquiteto e urbanista não é aquele integrante do grupo etário entre 15 e 29² anos, mas aquele profissional de qualquer idade que se formou nos últimos cinco anos; e os não jovens, englobando os profissionais formados antes de 2018.

Ao total, foram obtidas 1.353 (mil trezentos e cinquenta e três) respostas. Para que fosse possível calcular a representatividade da amostra, decidiu-se pela análise das respostas em dois grupos: os respondentes com registro ativo no CAU/RS (1.081 respondentes) e os que declararam não ter vínculo ativo com o CAU/RS (244 respondentes). Essa decisão deveu-se ao fato de não ser possível dimensionar precisamente o total de arquitetos e urbanistas no Rio Grande do Sul.

Dos 1081 respondentes com vínculo ativo com o CAU/RS, 382 (35%) enquadram-se no perfil de jovens (formados a partir de 2018) (Figura 01). Esse número, portanto, foi o utilizado para as análises que se seguem³. Para avaliar se em uma dada pergunta as respostas de um grupo diferiam do outro (ou seja, se jovens e não jovens respondiam de forma distinta uma mesma pergunta), foi empregado um teste de Qui-quadrado.

² Segundo a Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013, que instituiu o Estatuto da Juventude e o Sistema Nacional da Juventude (SINAJUVE), são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

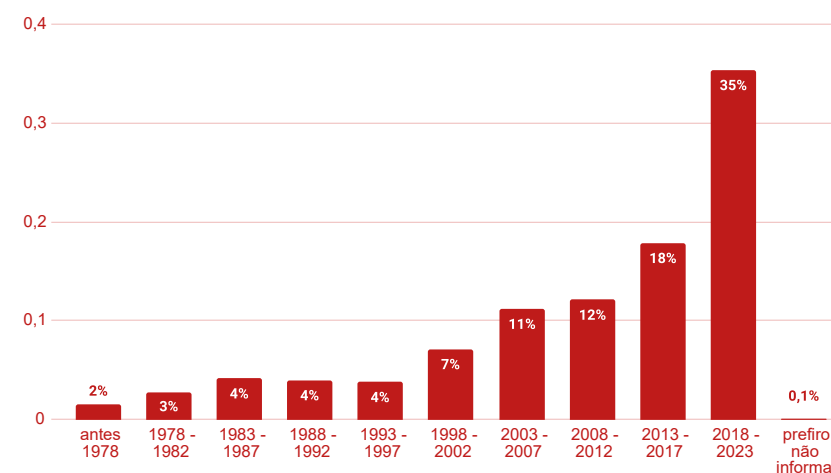


Figura 01 - Ano de diplomação dos respondentes com vínculo ativo com o CAU/RS - em percentual.

Cabe mencionar, antes de passarmos adiante, que existem jovens arquitetos que declararam não possuir vínculo com o CAU/RS e que, ainda assim, afirmaram trabalhar na área de Arquitetura e Urbanismo (62 respondentes, ou seja, 25% dos 244 respondentes sem vínculo ativo com o CAU/RS). Este último grupo não pode ser dimensionado em relação a um universo conhecido e, por consequência, foi analisado separadamente.

Sabemos que nenhuma pesquisa é um retrato completo e perfeito da realidade. Reconhecemos que, apesar do esforço empreendido pela equipe na manipulação e interpretação dos dados, parte das informações aqui presentes pode ser objeto de aprimoramentos e, talvez, de debate. Mesmo assim, salientamos que este constituiu um esforço cientificamente orientado de construção de conhecimento e reflexão acerca da categoria e da trajetória recente da profissão.

Por fim, os pesquisadores agradecem aos presidentes do CAU/RS, Tiago Holzmann da Silva (gestão 2019-2023) e Andréa Hamilton Ilha (gestão 2024-2026) e aos conselhos de ambas as gestões. Agradecemos, também, a todo o quadro técnico administrativo pelo inestimável apoio na elaboração dessa pesquisa, cujos resultados preliminares tornamos públicos por meio deste documento. Em especial, agradecemos à indispensável colaboração de Tales Volker e Marina Leivas Proto, do CAU/RS, e de Renato Viana, do CAU/BR. Agradecemos também ao professor do Departamento de Estatística da UFRGS Cleiton Guollo Taufemback, pela contribuição metodológica nos cálculos estatísticos necessários à definição da amostra e ponderação dos perfis jovens e mulheres (foco dos Livros 2 e 3).

Desejamos a todos uma boa leitura, na esperança de que as informações aqui presentes sejam úteis aos profissionais arquitetos e urbanistas do Estado.

³ Para testarmos se a quantidade presente na amostra dos jovens profissionais com vínculo ativo (universo conhecido) é estatisticamente igual à proporção prevista pela distribuição da população nas Regionais do CAU/RS, usamos um Teste de Qui-quadrado de Associação/ Independência. Podemos dizer que a distribuição das amostras não é a mesma do CAU, para jovens e não jovens por Regional do CAU/RS. Logo, foi necessário fazer uma correção, via pesos para cada amostra, para podermos realizar os testes. Foi utilizado o método desenvolvido pelo *American National Election Studies* (DeBell e Krosnick, 2009), onde cada resposta é multiplicada por um peso. Caso o respondente esteja em uma categoria sub-representada, sua resposta terá um peso maior do que 1, o inverso ocorre quando a categoria está super-representada, i.e., com um peso menor do que 1, de forma que a soma dos pesos seja igual ao número de respondentes.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU/RS) apresenta os resultados da pesquisa realizada em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por meio de Termo de Convênio firmado com o grupo de pesquisa selecionado a partir de edital público.

A pesquisa teve o objetivo de reunir, analisar e sistematizar dados e informações para estabelecer o PERFIL da profissão e dos profissionais do estado do Rio Grande do Sul, contemplando um período de 10 anos (mais um) desde 2012 – início de funcionamento do CAU – até 2022, permitindo obter um entendimento amplo e completo das atividades e da evolução no período.

As conclusões da pesquisa oferecem um resultado valioso tanto para o desenvolvimento da profissão como para a compreensão da sociedade, além de ser material fundamental para contribuir com o CAU na organização de suas atividades e na assertividade e qualificação de suas ações.

Reconhecemos e parabenizamos a equipe de pesquisadores e bolsistas da Universidade pelos resultados competentes e consistentes e agradecemos a todos os conselheiros e funcionários do CAU/RS que se envolveram direta ou indiretamente neste projeto.

Com esta iniciativa, o CAU/RS acredita estar contribuindo para cumprir com sua obrigação de promover e valorizar a profissão, oferecendo para toda a sociedade informações de qualidade, utilizando de forma adequada parte dos recursos arrecadados de todos os arquitetos e urbanistas do Estado, aos quais também agradecemos.

Tiago Holzmann da Silva — Arquiteto e Urbanista
Presidente do CAU/RS
Gestão 2021-2023

A Arquitetura e Urbanismo cresceu como nunca na última década no Rio Grande do Sul. Em 2022, graduamos o dobro de profissionais em relação a 2012. A pesquisa “Entendendo o quadro de atuação do Arquiteto e Urbanista no Rio Grande do Sul” identificou que o nosso estado tem 168 Arquitetos e Urbanistas para cada 100 mil habitantes. Quase dois terços é formado por mulheres: somos 66% da categoria profissional. Em 134 municípios gaúchos - o equivalente a 27% - apenas arquitetas atuam na área.

O estudo desenvolvido pela Faculdade de Arquitetura da UFRGS desenhou perfis sob três dimensões: a primeira abrange o amplo contingente profissional; a segunda trata do jovem Arquiteto e Urbanista; e a terceira faz um recorte sobre a atuação da mulher no universo da Arquitetura e Urbanismo no RS. Mais do que números, os dados nos permitem ler realidades complexas. A partir deles, é possível perceber que as mulheres mães precisam abrir mão com mais frequência da vida profissional em relação aos arquitetos, e que também estão mais vulneráveis a discriminações de gênero no ambiente de trabalho.

Esta pesquisa de fôlego, que utilizou diversas bases de dados e resultados de consulta virtual aos profissionais, nos permite aprofundar o entendimento sobre o cotidiano da nossa profissão e oferece uma contribuição valiosa para o planejamento, qualificação e formação dos profissionais, tanto para o mercado quanto para o próprio Conselho de

Arquitetura e Urbanismo. Com base nestas informações, o CAU e as organizações que representam os profissionais poderão qualificar sua atuação na formulação de políticas para valorização e fortalecimento da Arquitetura e Urbanismo. Ao mesmo tempo, as instituições de ensino e os profissionais têm à disposição um mapeamento da distribuição dos profissionais no Estado e informações refinadas sobre a realidade de quem atua neste mercado.

Viabilizado pelo Edital de Chamamento Público 004/2022, este estudo é mais uma entrega do CAU/RS para os profissionais e para a sociedade. Que possamos juntos absorver esta ampla gama de informações e, a partir dela, oferecer respostas ao desafio de valorizar a atuação dos profissionais da Arquitetura e Urbanismo de forma assertiva e, como consequência, as condições sociais e materiais de quem atua cotidianamente pela qualificação das cidades e moradias gaúchas.

Andréa Hamilton Ilha
Presidente do CAU/RS
Gestão 2024-2026

PARTE 1

RETRATO ATUAL DO PROFISSIONAL JOVEM ARQUITETO E URBANISTA

Antes de expor e discutir os resultados do questionário para o perfil dos jovens profissionais, parece-nos necessário recuperar dados já levantados no Livro 1 desta série (sobre o perfil e a atuação do profissional de Arquitetura e Urbanismo) a título de contextualização das informações que serão apresentadas nas seções a seguir.

Considerando a definição de jovem arquiteto e urbanista adotado nesta pesquisa, foi possível verificar que, entre 2018 e 2022, diplomaram-se 6.995 arquitetos e urbanistas no RS (INEP); desses, 5.314 se registraram no CAU/RS (76%). Esse número representa 29% do total de arquitetos e urbanistas com registro ativo no CAU/RS. Dos 5.314 jovens arquitetos e urbanistas com registro ativo, 1.453 profissionais (27%) eram homens e 3.861 (73%) eram mulheres. A faixa etária desses jovens aponta para uma média de idade de 28 anos, com distribuição entre 22 e 73 anos. É necessário mencionar que a faixa etária em que há mais jovens arquitetos e urbanistas é aquela com idade entre 25 e 28 anos⁴.

⁴ Dados de 2018 a março de 2023.

Sobre o lugar onde esses jovens estão sediados, eles estão distribuídos da seguinte forma pelas Regionais do CAU/RS: 2.231 (42%) na Regional Porto Alegre, 1.114 (21%) na Regional Passo Fundo, 1.035 (19%) na Regional Caxias do Sul, 623 (12%) na Regional Santa Maria e 311 (6%) na Regional Pelotas. Os municípios onde há maior número de jovens arquitetos e urbanistas são os seguintes: Porto Alegre, Bento Gonçalves e Bagé.

Em relação ao exercício profissional, esses jovens profissionais emitiram 20.351 RRTs em 2022, o que representa 17% do total de RRTs emitidos no ano. Desses RRTs emitidos por jovens, 65% foram emitidos por mulheres e 35% por homens.

Em síntese, com base nos dados obtidos e expostos no Livro 1, podemos afirmar que a maioria dos jovens arquitetos e urbanistas **é de mulheres, com idade média de 28 anos, com registro ativo no CAU/RS, localizados em maior número na Regional Porto Alegre e responsáveis por aproximadamente 20% da quantidade de RRTs emitidas em 2022.**

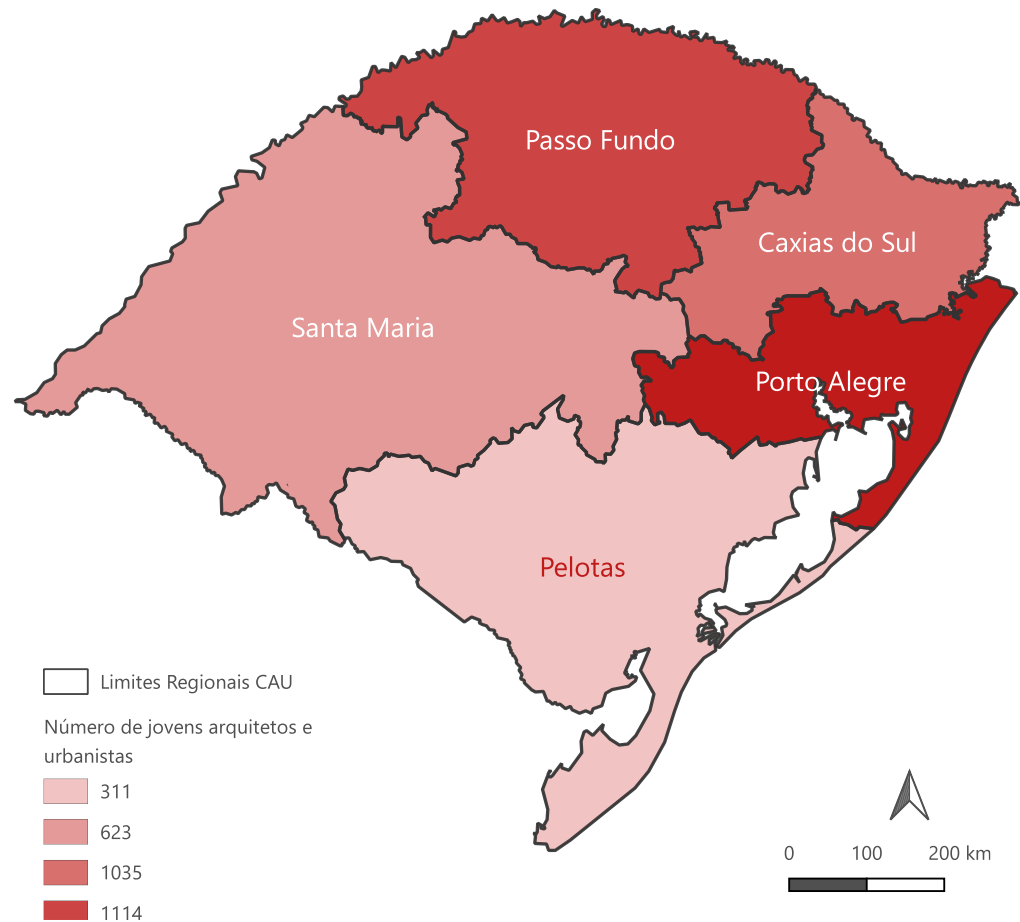


Figura 02 - Distribuição dos jovens arquitetos e urbanistas nas Regiões do CAU/RS.

PERFIL DEMOGRÁFICO

A partir de agora, apresentaremos os dados obtidos no questionário. Considerando o universo de 382 respondentes com vínculo ativo com o CAU/RS (35% do total), **a maioria dos jovens arquitetos e urbanistas declarou ser mulher cisgênero⁵ (70%), da cor ou raça branca (93%), sem deficiência (97%), com idade entre 25 e 30 anos (67%). Quanto ao grau de escolaridade, 31% possui pós-graduação, 23% possui especialização, 8% possui mestrado e 0,3% possui doutorado.** (Figura 03).



⁵ Mulher cisgênero (pessoa que nasceu com o órgão sexual feminino, tem comportamentos e atitudes identificadas com o gênero feminino e se identifica como mulher).

Figura 03 - Perfil demográfico dos jovens arquitetos e urbanistas respondentes - em percentual.

Analisando o ano de formatura dos jovens profissionais entrevistados, é possível verificar maior número de diplomados em 2018 (23%) e 2022 (19%) (Figura 04).

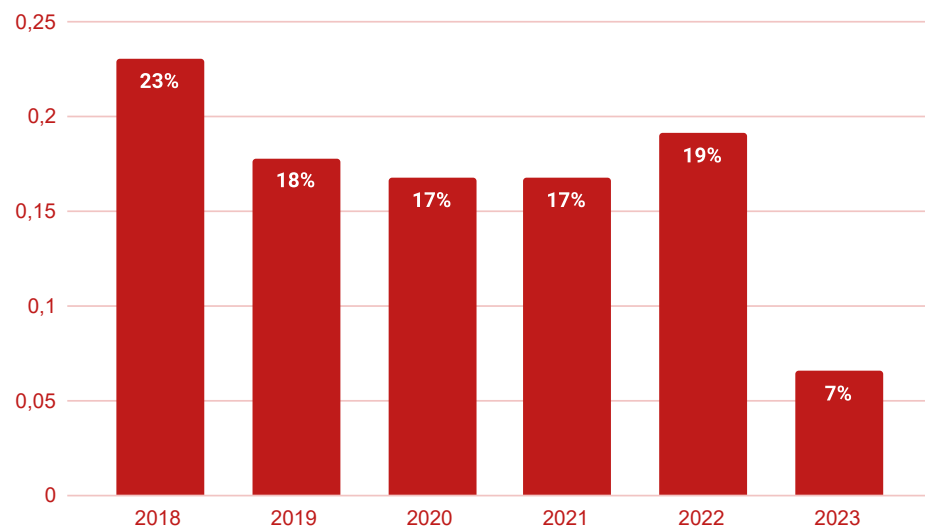


Figura 04 - Ano de diplomação entre 2018-2023 dos respondentes - em percentual (total de respondentes).⁶

⁶ O dado de 2023 refere-se somente até o período de aplicação do questionário.

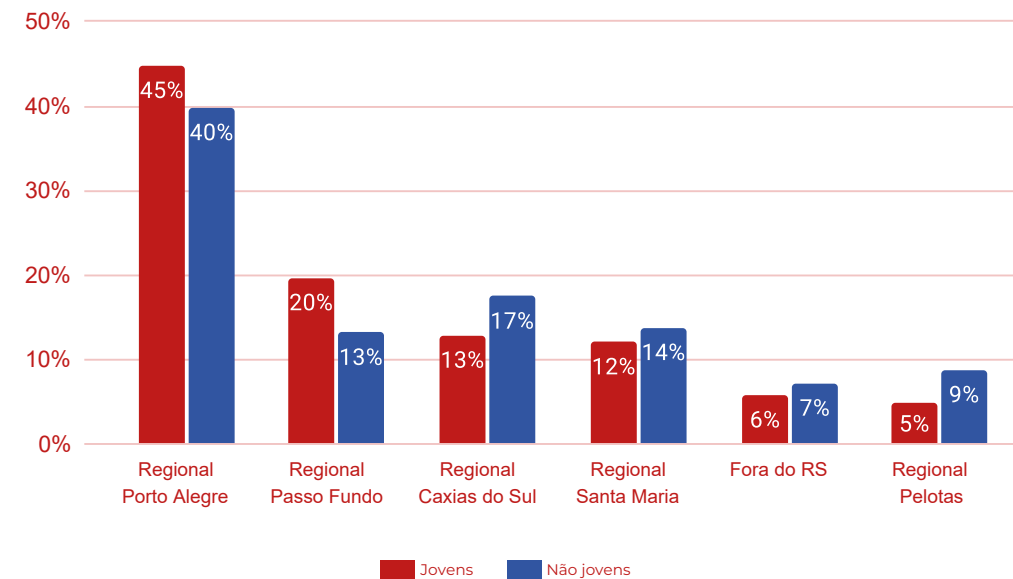


Figura 05 - Profissionais, jovens e não jovens, por Regional do CAU/RS de nascimento - em percentual.

Quase metade dos jovens arquitetos e urbanistas que responderam ao questionário nasceram em municípios localizados nas Regionais Porto Alegre (45%), seguidos daqueles nascidos na Regional Passo Fundo (20%), Regional Caxias do Sul (13%), Regional Santa Maria (12%) e Regional Pelotas (5%); 6% dos respondentes declararam ter nascido fora do RS. Essa distribuição do local de nascimento dos jovens pelas regionais do Conselho é semelhante à distribuição dos não jovens (40% na Regional Porto Alegre, 13% Regional Passo Fundo, 17% Regional Caxias do Sul, 14% Regional Santa Maria, 9% Regional Pelotas e 7% de profissionais nascidos fora do RS) (Figura 05).

Percebe-se, portanto, que o local de nascimento dos jovens e não jovens arquitetos se concentra em municípios da Regional Porto Alegre (45% e 40%, respectivamente); entre os jovens, a segunda maior concentração é em municípios da Regional Passo Fundo (20%) e entre os não jovens, é em municípios da Regional Caxias do Sul.

Essa proporção de distribuição da população de arquitetos e urbanistas é semelhante à da população gaúcha pelo Estado. Os municípios que integram a Regional Porto Alegre do CAU/RS representam 43% do total da população estadual, seguido das Regionais de Passo Fundo (16%), Santa Maria (15%), Caxias do Sul (15%) e Pelotas (11%).⁷

⁷ Os dados da população do Rio Grande do Sul são do CENSO/2022.

Quando avaliamos as respostas dos jovens arquitetos e urbanistas em relação à sua sede de moradia e onde exercem majoritariamente a profissão, há maior concentração na Regional Porto Alegre (53%) e Passo Fundo (18%). Se compararmos a distribuição espacial dos jovens e não jovens pelas Regionais do CAU/RS, é possível verificar que ambos os perfis concentram-se na Regional Porto Alegre (53% dos jovens e 55% dos não jovens), porém com uma concentração levemente maior entre os não jovens. Já entre os jovens, a Regional Passo Fundo é a segunda a concentrar maior número de profissionais (18%) e entre os não jovens, é a Regional Caxias do Sul (16%) (Figura 06).

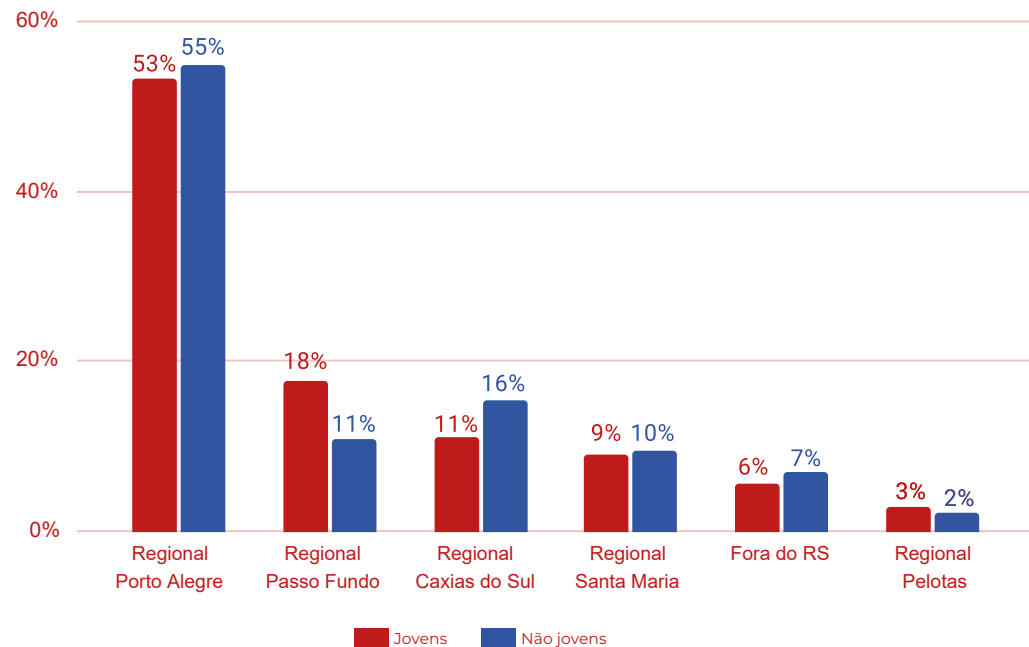


Figura 06 - Profissionais, jovens e não jovens, por Regional do CAU/RS em que estão sediados (onde exercem majoritariamente sua profissão) - em percentual.

Se compararmos os dados de local de nascimento com os dados de onde os profissionais estão sediados, é possível perceber que há uma migração desses profissionais para os municípios da Regional Porto Alegre. Esta Regional foi a única que apresentou aumento na concentração de jovens arquitetos; todas as demais apresentaram redução.

A Regional Porto Alegre abriga 53% dos jovens profissionais (aumento de 8% em relação ao local de nascimento); a Regional Passo Fundo concentra 18% dos jovens (redução de 2% quanto ao local de nascimento); a Regional Caxias do Sul concentra 11% dos jovens profissionais (redução de 2% quanto ao local de nascimento); a Regional Santa Maria concentra 9% dos jovens profissionais (redução de 3% quanto ao local de nascimento) e a Regional Pelotas concentra

6% (redução de 1% quanto ao local de nascimento). Já 3% dos profissionais responderam morar fora do RS (redução de 3% quanto ao local de nascimento, o que pode demonstrar que muitos profissionais que se deslocam para estudar no RS aqui permanecem e atuam).

Em relação à Instituição de Ensino Superior (IES) onde o jovem profissional se diplomou, os jovens profissionais citaram 35 IES (Figura 07), 12 localizadas na Regional Porto Alegre, 08 na Regional Passo Fundo, 07 na Regional Santa Maria, 04 na Regional Caxias do Sul e 04 na Regional Pelotas. Em números absolutos, há uma concentração de jovens arquitetos que se diplomaram em IES localizadas na Regional Porto Alegre (55% dos respondentes jovens e 66% dos não jovens), mais especificamente localizadas nos municípios da Região Metropolitana (Porto Alegre, Novo Hamburgo e São Leopoldo). Dessas IES, 6 são públicas e formaram 29% dos jovens profissionais; e 29 são privadas e formaram 71% dos respondentes jovens.

	Jovens	Não jovens
UFRGS	16%	25%
UNIRITTER - POA	14%	12%
FEEVALE	10%	3%
UNISINOS - SÃO LEOPOLDO	6%	14%
CENTRO UNIVERSITÁRIO	4%	1%
UPF	3%	5%
UCS - CAXIAS DO SUL	3%	5%
IF - FARROUPILHA	3%	0%
UFPEL	3%	8%
UFSM - SANTA MARIA	3%	3%
URI - SANTIAGO	2%	0,4%
IMED - PASSO FUNDO	2%	0,3%
URI - ERECHIM	2%	0,1%
PUC/RS	2%	5%
UNIVERSIDADE FRANCISCANA	2%	2%
UFFS	2%	1%
UCPEL	2%	1%
UNIRITTER - CANOAS	2%	0,3%
ULBRA - CARAZINHO	2%	0,1%
FSFA	2%	0%
UCS - BENTO GONÇALVES	2%	0%
ME FORMEI EM OUTRO ESTADO	2%	3%
UFSM - CACHOEIRA DO SUL	2%	0,4%
OUTROS	9%	11%

Figura 07 - Jovem e não jovem arquiteto e urbanista sobre a Instituição de Ensino Superior em que se diplomou em Arquitetura e Urbanismo - em percentual.

Inserção no mercado de trabalho

A propósito da inserção no mercado de trabalho, 59% dos jovens arquitetos e urbanistas declararam ter se inserido imediatamente após obter o diploma. Quase 11% declararam ter começado a trabalhar na área em até 3 meses, e outros quase 11% em até 6 meses (Figura 08).

A maioria (80%) dos jovens profissionais diplomados que responderam ao questionário declarou rápida inserção no mercado de trabalho (até seis meses após a obtenção do diploma).

Sobre a forma de trabalho ou a configuração do vínculo empregatício no início da carreira, a maioria dos jovens arquitetos e urbanistas respondeu ter começado a atuar como autônomo/pessoa física individual (34%). Uma parte também expressiva de respondentes declarou ter iniciado o exercício profissional como assalariado sem carteira assinada (24%). Também chama a atenção o número de profissionais que começou a atuar como terceirizados (14%), seja na condição de Microempreendedor Individual (MEI) ou Pessoa Jurídica Individual. Destacamos, também, que 13% iniciaram a carreira como proprietário de empresa de Arquitetura e Urbanismo ou como sócio minoritário (4%) (Figura 10). Apenas 10% respondeu ter iniciado na carreira com carteira assinada (no setor privado - 6% ou no setor público - 4%). Predomina o vínculo empregatício como autônomo/pessoa física individual, seguido do profissional assalariado sem carteira assinada ou terceirizado (totalizando 72% das respostas).

A forma de trabalho ou de vínculo empregatício de inserção do jovem arquiteto e urbanista é, em geral, através da atuação como profissional autônomo (um terço dos respondentes) ou em uma condição que podemos chamar de trabalho precarizado.⁸

⁸ São os “terceirizados”, subcontratados, “part-time”, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em inúmeras partes do mundo. Inicialmente, estes postos de trabalho foram preenchidos pelos imigrantes, como os gastarbeiters na Alemanha, o trabalho negro na Itália, os chicanos nos EUA, os dekaseguis no Japão etc. Mas hoje, sua expansão atinge também os trabalhadores especializados e remanescentes da era taylorista-fordista. (A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho - Ricardo Antunes).

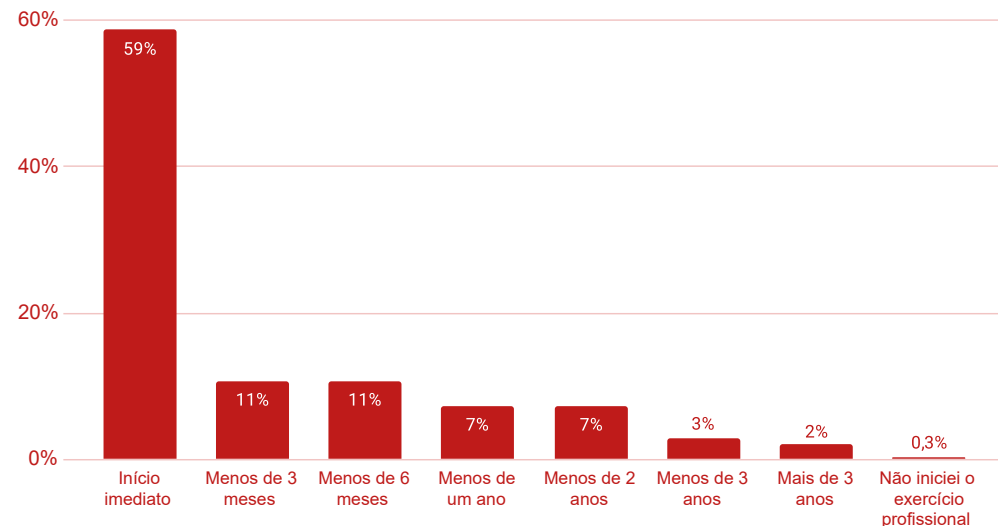


Figura 08 - Quanto tempo o jovem arquiteto e urbanista levou entre obter o diploma e começar a trabalhar na área de Arquitetura e Urbanismo - em percentual.

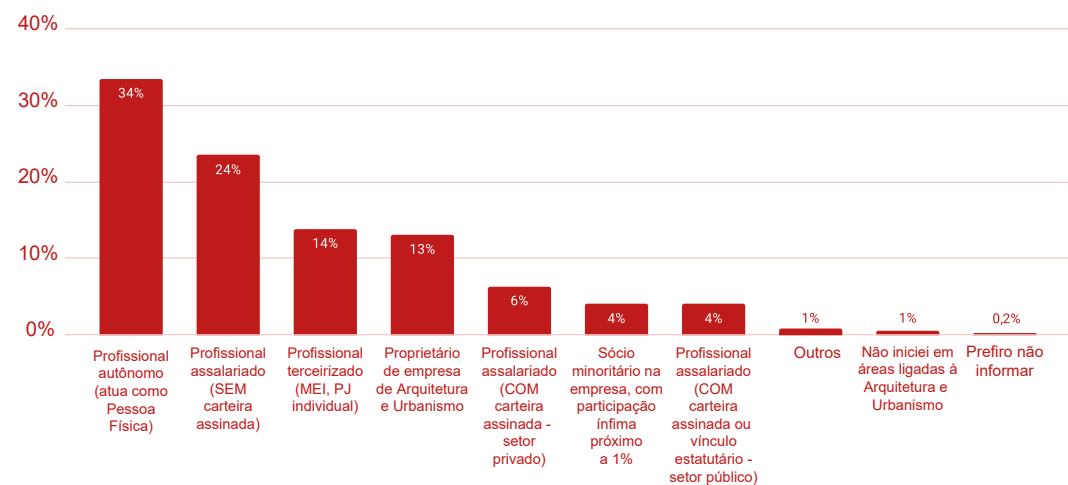


Figura 09 - Como o jovem arquiteto e urbanista iniciou seu vínculo profissional - em percentual.⁹

⁹ Nessa pergunta poderiam ser selecionadas até 3 opções.

O fenômeno da Pejotização ou do MEI¹⁰ (enfim, da terceirização da atividade-fim das empresas), atualmente autorizado pela reforma trabalhista, é, por vezes, o subterfúgio encontrado pelos empregadores e imposto aos jovens profissionais para mascarar, conseqüentemente burlar, o vínculo formal de assalariamento.

Se acrescentarmos aos perfis assalariados sem carteira assinada (24%) e PJ/MEI (14%) os jovens profissionais que declararam ter iniciado como sócios minoritários de empresa com participação societária ínfima (4%), o percentual de arquitetos e urbanistas com este tipo de vínculo totaliza 42% dos respondentes, o que é um percentual expressivo.

O número de jovens que se inseriram no mercado na condição de proprietário de empresa de Arquitetura e Urbanismo é pequeno (13%), bem como dos profissionais assalariados com carteira assinada no setor privado (6%) ou com vínculo formal no setor público (seja CLT ou estatutário) (4%). Esses perfis, somados, totalizam 24% dos respondentes.

Ao serem questionados sobre as dificuldades encontradas no começo da atuação profissional, os jovens apontaram fenômenos como a baixa remuneração ou os baixos salários (26%), a dificuldade em ter clientes demandando seu trabalho (18%), as dificuldades para montar escritório (12%), a falta de formalização das relações de trabalho (12%), a baixa oferta de vagas de emprego (11%) e a falta de experiência adquirida com estágios durante o curso (11%) como os principais fatores (Figura 10).

Cabe sublinhar como o item “baixa remuneração ou baixos salários” teve o maior número de respostas. Essa percepção fica reforçada quando comparada com a declaração dos jovens profissionais sobre sua renda média bruta (Figura 16). Eles estão, em geral, na base da pirâmide salarial, com 64% dos jovens profissionais recebendo até três salários mínimos.

¹⁰ Necessário sublinhar o fato da impossibilidade da criação de um Microempreendedor Individual para a atividade de Arquitetura e Urbanismo. Atividades intelectuais e profissões que precisam de formação e regularização de algum órgão de classe não se enquadram nessa natureza jurídica.

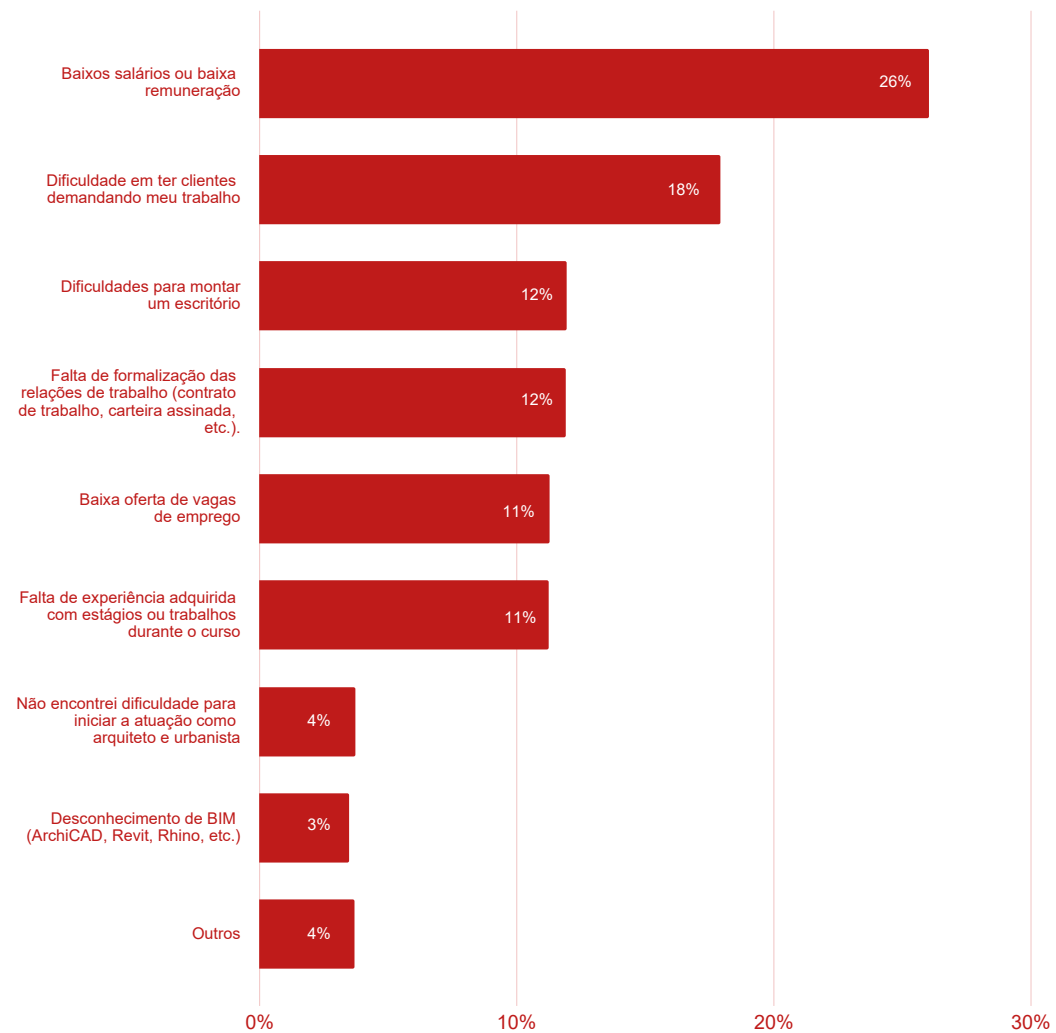


Figura 10 - Quais foram as principais dificuldades encontradas no início da atuação do jovem arquiteto e urbanista - em percentual.¹¹

¹¹ Nessa pergunta poderiam ser selecionadas até 3 opções.

Já sobre os fatores que facilitaram a inserção do jovem no mercado, uma grande porcentagem respondeu ser a experiência adquirida com estágios ou trabalhos durante o curso (34%). Foram mencionados ainda fatores como ter boas referências para indicação de clientes (18%), qualificação recebida durante o curso (10%) e ter se formado em instituição de ensino superior conceituada (10%) (Figura 12). **Destaca-se a percepção de como a prática prévia, em estágio, é um movimento que contribui para a posterior inserção no mercado.**

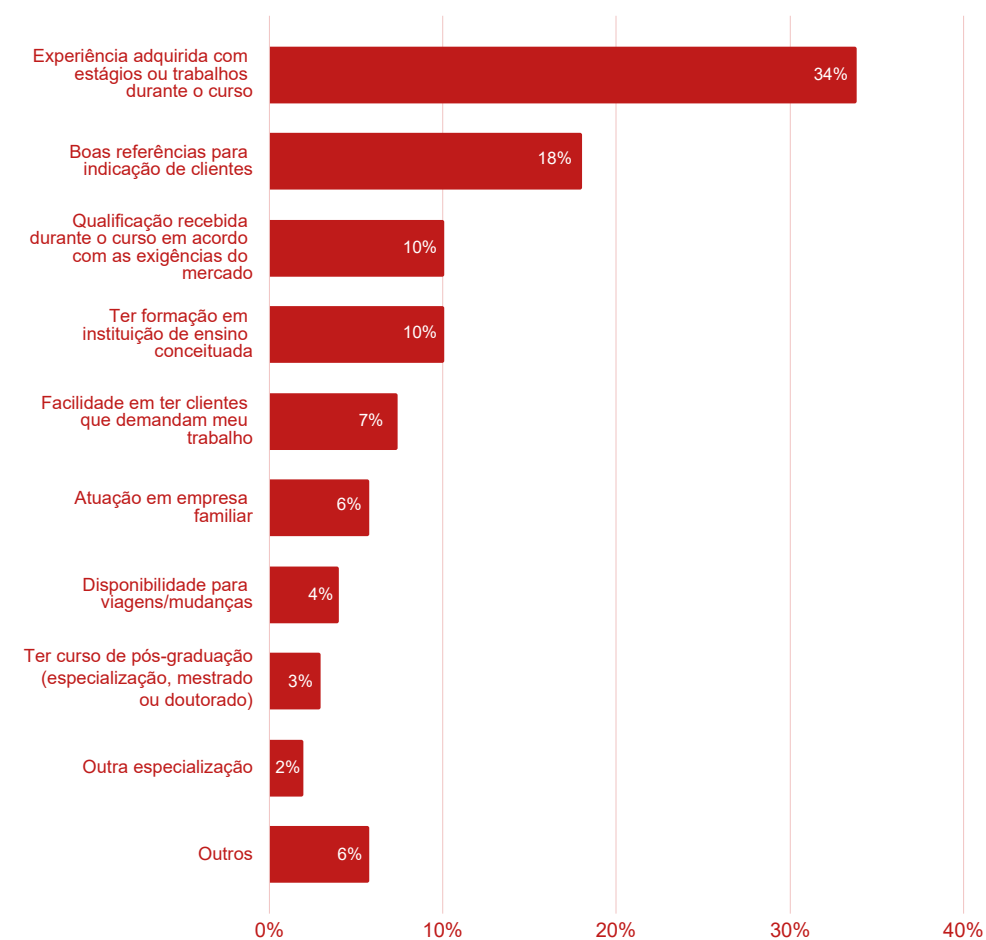


Figura 11 - Quais os principais fatores que facilitaram o início da atuação do jovem arquiteto e urbanista - em percentual.¹²

¹² Nessa pergunta poderiam ser selecionadas até 3 opções.

Exercício profissional

Os jovens arquitetos atuam majoritariamente em duas atividades das atribuições profissionais: Projeto de interiores (25% dos jovens, contra 18% dos não jovens) e projeto de edificações (25%, percentual igual aos dos não jovens). A terceira atividade em que os jovens profissionais estão mais envolvidos é a execução e gestão de obras (11%, contra 13% dos não jovens). As demais atividades têm uma representação menos expressiva (Figura 12).

Fica evidente, portanto, que os jovens profissionais estão geralmente exercendo atividades vinculadas ao projeto de interiores e de projeto e execução de edificações, sendo muito pequeno o exercício de atividades como assessoria, consultoria, perícia, projetos complementares, paisagismo, urbanismo e planejamento urbano, por exemplo. Chama a atenção, ainda, o fato de os não jovens serem quase quatro vezes mais que os jovens envolvidos com ensino, pesquisa e extensão (7% dos não jovens e 2% dos jovens).

Mais da metade dos jovens arquitetos (53%) responderam assinar eles mesmos os registros de responsabilidade técnica - RRTs. Já entre os não jovens, esta porcentagem é menor (47%). Uma porcentagem de 24% dos jovens respondeu que o RRT é assinado pelo contratante, porcentagem consideravelmente maior do que entre os não jovens (6%). Se somarmos a esse valor (24%) os jovens que responderam não fazer o registro do RRT, essa porcentagem é de 30%, valor considerável se levarmos em consideração que o RRT é o documento que comprova o acervo técnico do profissional (Figura 13). Chama a atenção também a grande porcentagem entre os não jovens que preferiram não informar (35%). Esta questão apresentou diferença estatística entre os dois grupos, ou seja, podemos dizer que as respostas entre jovens e não jovens diferem estatisticamente.

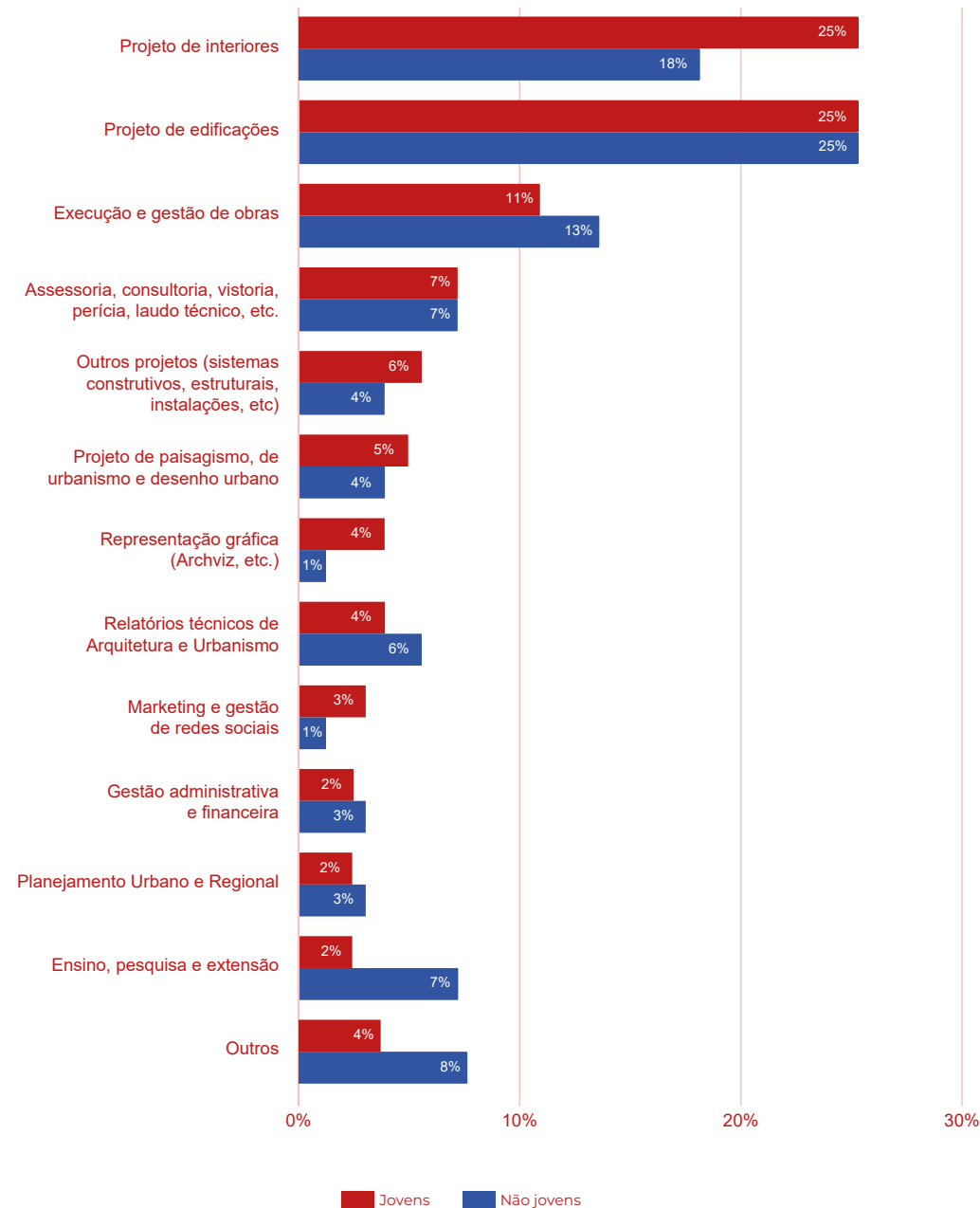


Figura 12 - Jovens e não jovens arquitetos e urbanistas sobre quais atividades exercem majoritariamente - em percentual.¹³

¹³ Nessa pergunta poderiam ser selecionadas até 3 opções.

Sobre a principal fonte de renda, 30% dos jovens profissionais declararam ser profissionais autônomos, 17% proprietários de empresas, 15% profissionais assalariados sem carteira assinada e 13% profissionais terceirizados. Já em relação aos não jovens, é possível verificar que estes se destacam como profissionais autônomos (28%), proprietários de empresa de Arquitetura e Urbanismo (22%) e profissional assalariado com carteira assinada no setor público ou privado (19%). Há uma diferença significativa entre os jovens e não jovens quanto à opção profissional assalariado com carteira assinada no setor público ou privado; entre os não jovens, a porcentagem é de 27% e entre os jovens é de 11% (Figura 14).

Ao compararmos a principal fonte de renda atual dos jovens arquitetos com a forma como ele iniciou seu vínculo profissional, é possível verificar uma leve queda em relação aos profissionais autônomos (passou de 34% para 30%), um aumento no número de proprietários de empresa de Arquitetura e Urbanismo (passou de 13% para 17%) e uma queda no número de profissionais assalariados sem carteira assinada (reduziu de 24% para 15%). O percentual de profissionais terceirizados permaneceu estável (passou de 14% para 13%) (Figura 15).

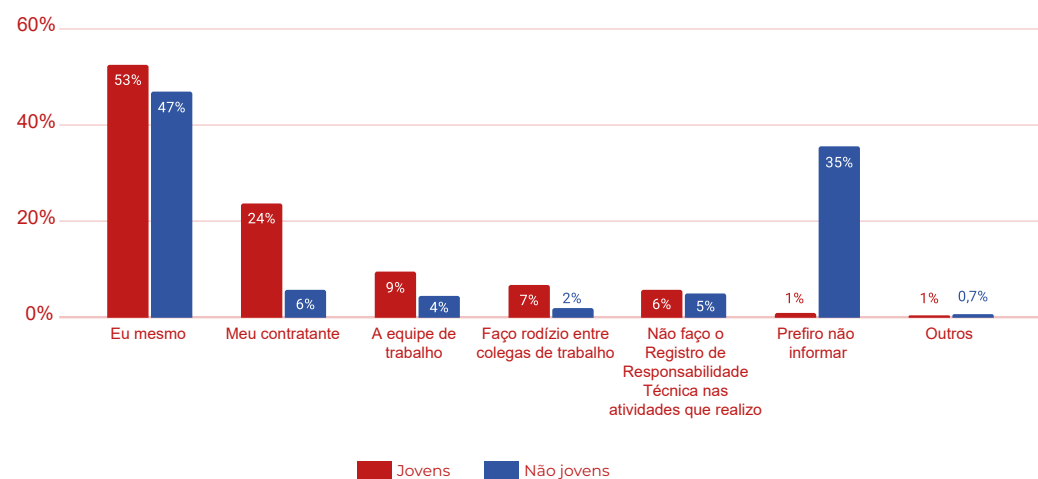


Figura 13 - Jovem e não jovem arquiteto e urbanista sobre quem realiza o Registro de Responsabilidade Técnica das atividades - em percentual.

Foi possível perceber que, com o passar do tempo, aumenta o número de jovens que conseguem abrir suas empresas e que encontram alternativas à opção de profissional assalariado sem carteira assinada.

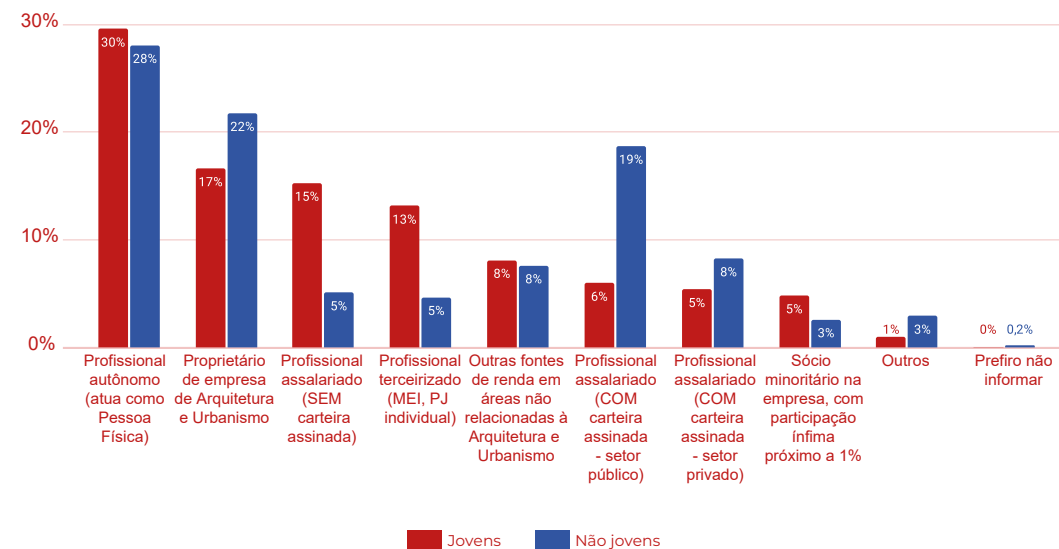


Figura 14 - Jovem e não jovem arquiteto e urbanista e sua fonte de renda principal - em percentual.¹⁴

¹⁴ Nessa pergunta poderiam ser selecionadas até 3 opções.

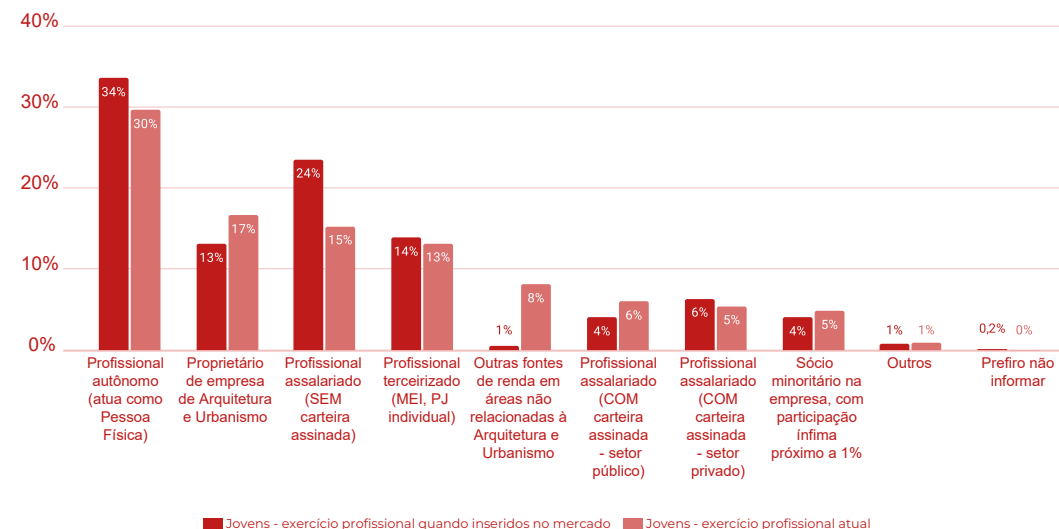


Figura 15 - Jovem e sua fonte de renda de quando se inseriu na profissão e atualmente - em percentual.

A diferença salarial (renda média bruta, sem descontos) entre jovens e não jovens sugere uma inserção no mercado de trabalho na base da pirâmide salarial.

Entre os jovens arquitetos e urbanistas, 10% declararam receber até um salário mínimo e 54% de 1 a 3 salários mínimos. **Somados, 64% dos jovens arquitetos e urbanistas declararam receber até três salários mínimos.** Já entre os profissionais não jovens, são 4% os que declararam receber até um salário mínimo e 19% de 1 a 3 salários mínimos. Ou seja, 23% dos não jovens estão nessa faixa salarial, o que representa uma diferença de 41 pontos percentuais com os jovens. Os jovens estão, portanto, na base da pirâmide salarial, com 64% dos jovens profissionais recebendo abaixo do piso salarial definido pela Lei 4.950-A/66.

Na faixa salarial de três a seis salários mínimos, os jovens são 23% e os não jovens são 35% (ou seja, uma diferença de quase 12%). As maiores diferenças de representação dos profissionais nas faixas salariais são verificadas na faixa salarial entre 1 e 3 salários mínimos (onde os jovens são 54% e os não jovens 19%, uma diferença de 35%) e na faixa salarial entre 6 e 9 salários mínimos (onde os jovens são 6% e os não jovens, 21%, uma diferença salarial de 15%). Neste caso, podemos dizer que as respostas entre jovens e não jovens diferem estatisticamente.

Ou seja, os jovens estão sobrerrepresentados nas faixas salariais mais baixas e os não jovens, sobrerrepresentados nas faixas salariais mais altas.

Em ambos os perfis analisados - jovens e não jovens -, o modelo de trabalho presencial ainda é predominante, porém com uma porcentagem maior entre os não jovens (62% dos não jovens e 52% dos jovens declararam trabalhar no modelo presencial, uma diferença de 9%). Os jovens, contudo, estão ligeiramente mais propensos do que os não jovens a outros modelos, como o trabalho híbrido (36% de jovens e 31% de não jovens, uma diferença de 5%) e remoto (12% de jovens e 7% de não jovens, uma diferença de 5%) (Figura 17). Neste caso, podemos dizer que as respostas entre jovens e não jovens diferem estatisticamente.

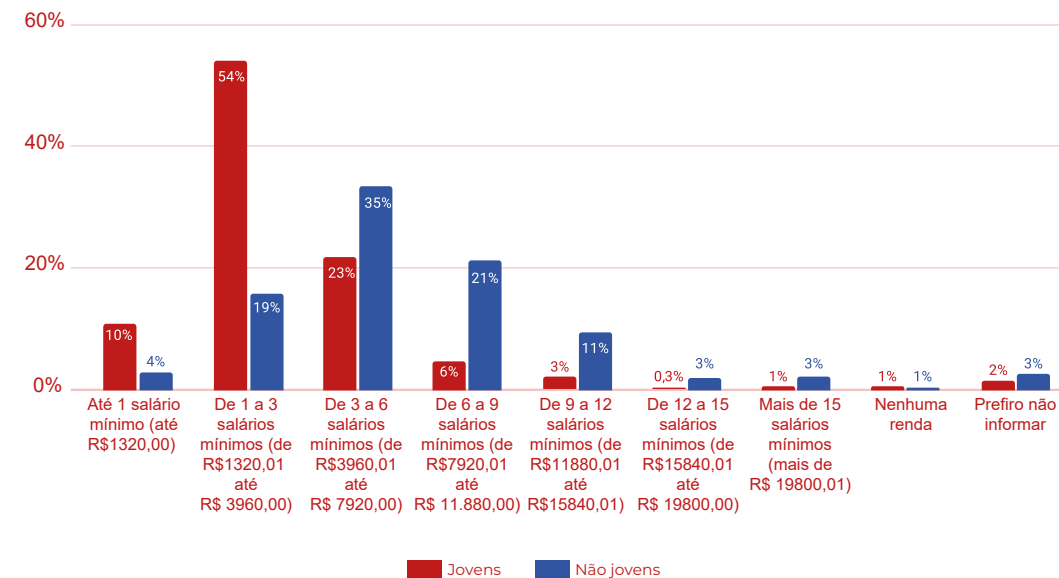


Figura 16 - Jovem e não jovem arquiteto e urbanista e sua renda bruta (sem descontos) mensal, com atividades relacionadas à Arquitetura e Urbanismo - em percentual.

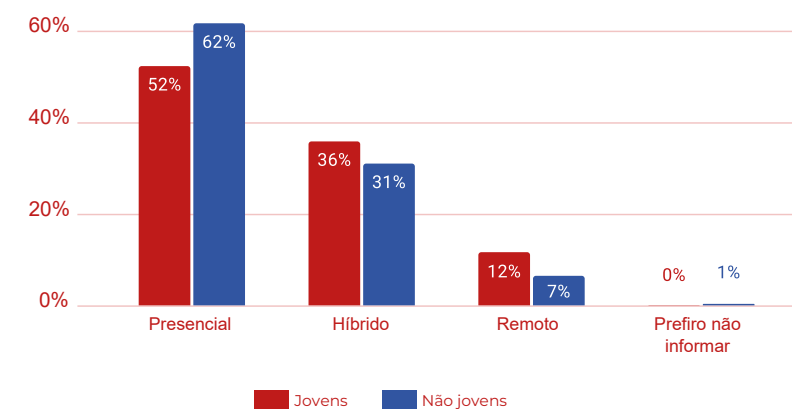


Figura 17 - Comparação entre jovem e não jovem arquiteto e urbanista e seu modelo de trabalho - em percentual.

Embora a diferença nos três modelos de trabalho seja pequena, os dados sugerem que os jovens estão mais dispostos a modelos de trabalho alternativos e emergentes, que prescindem da presencialidade frequente ou exclusiva.

Em relação à carga horária de trabalho, grande parte dos jovens (43%) e não jovens (44%) declarou trabalhar até 40 horas semanais; seguidos daqueles jovens (36%) e não jovens (33%) que declararam trabalhar mais de 40 horas semanais (Figura 18). Esses números expressam que **há uma parcela significativa de profissionais (jovens e não jovens) que têm uma jornada igual ou superior a 40 horas semanais.**

Outro dado que não mostra diferenças significativas entre ambos os perfis - jovens e não jovens - são aqueles sobre o exercício profissional de outra atividade além da Arquitetura e Urbanismo. Aproximadamente 81% dos dois perfis declararam que não exercem nenhuma outra atividade além da Arquitetura e Urbanismo e cerca de 18% de ambos os perfis declararam que, sim, exercem outras ocupações (Figura 19).

A maior parte dos profissionais que declarou exercer outra atividade profissional citou uma diversidade tão grande de atividades que foi impossível reuni-las em grupos relativamente coesos. Essas foram agrupadas, portanto, na categoria Outros, totalizando 47% dos respondentes jovens e 53% dos respondentes não jovens. Além das opções agrupadas na opção Outros, os jovens declararam que realizam ainda as seguintes ocupações: Administração de empresa fora do ramo de arquitetura (17%), Artes, artesanato e fotografia (11%) e vendedor de varejo, professor, design e ilustração, todos com 7% (Figura 20).

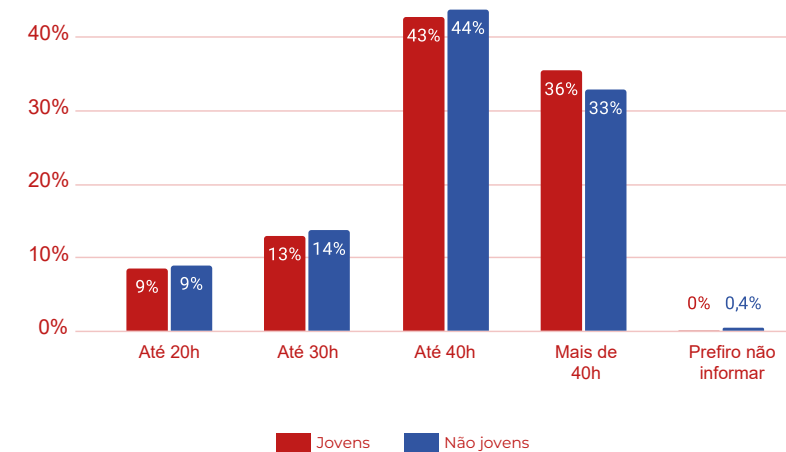


Figura 18 - Comparação entre jovem e não jovem arquiteto e urbanista e sua carga horária semanal de trabalho - em percentual.

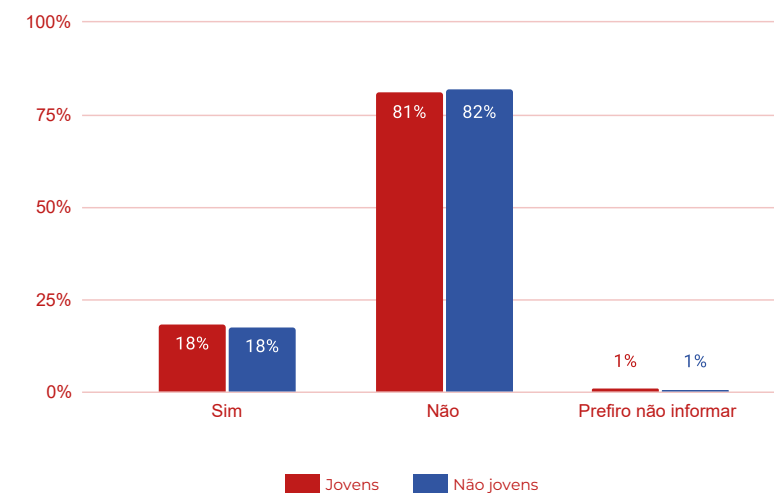


Figura 19 - Jovem e não jovem arquiteto e urbanista e o exercício em outra atividade profissional para além da arquitetura e urbanismo - em percentual.

Chama a atenção o número de profissionais administradores de empresas de fora do ramo de arquitetura (17% dos jovens arquitetos e uma porcentagem menor entre os não jovens de 11%).

Esse número talvez sugira a inserção do jovem no mercado de trabalho na condição de Microempreendedor Individual (MEI) ou Pessoa Jurídica Individual (PJ), possibilitando o profissional a trabalhar com diferentes atividades, conforme já referimos anteriormente.

Já os não jovens declararam realizar as seguintes outras atividades: professor (14%); artes, artesanato e fotografia (12%); administração de empresa fora do ramo da arquitetura (11%); design, ilustração (5%); e vendedor de varejo (3%). Aqui, evidencia-se a presença da inserção dos não jovens na docência.

Em termos de prestação de serviços para outros estados ou países, podemos dizer que as respostas entre jovens e não jovens diferem estatisticamente. A maior parte dos respondentes, tanto jovens (65%) como não jovens (70%), alegou não atuar fora do estado ou país¹⁵. Daqueles que declararam prestar serviços para outros estados ou países, os jovens superaram os não jovens (35% para jovens e 28% para não jovens). Os estados em que os arquitetos e urbanistas gaúchos mais exercem sua profissão fora do Rio Grande do Sul são Santa Catarina (26% jovens e 25% não jovens), São Paulo (14% jovens e 17% não jovens) e Paraná (8% jovens e 7% não jovens).

Essa informação sugere que os jovens profissionais, ligeiramente mais afeitos à modalidade de trabalho remoto (como já demonstrado na Figura 17), têm buscado oportunidades de trabalho fora de sua sede. Contudo, os não jovens têm trabalhado em uma diversidade maior de estados ou países: em números brutos, os jovens citaram 43 estados ou países, já os não jovens citaram 61 estados ou países (Figura 21).

¹⁵ Dado oriundo da pergunta: Você, seu escritório ou empresa prestam serviços para outros estados ou países? Opções de resposta: Sim; Não; Prefiro não informar.

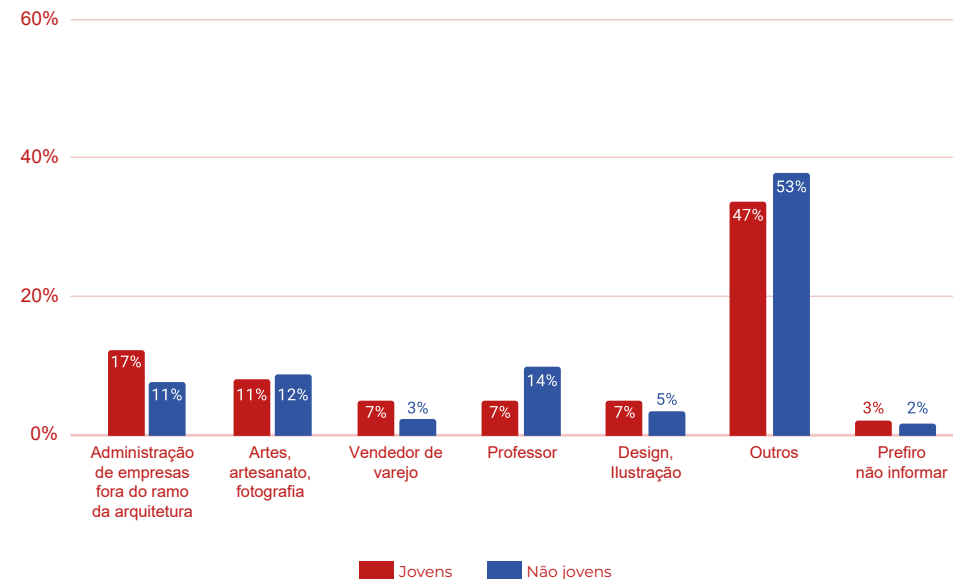


Figura 20 - Jovem e não jovem arquiteto e urbanista e o exercício em outra atividade profissional para além da Arquitetura e Urbanismo - em percentual.

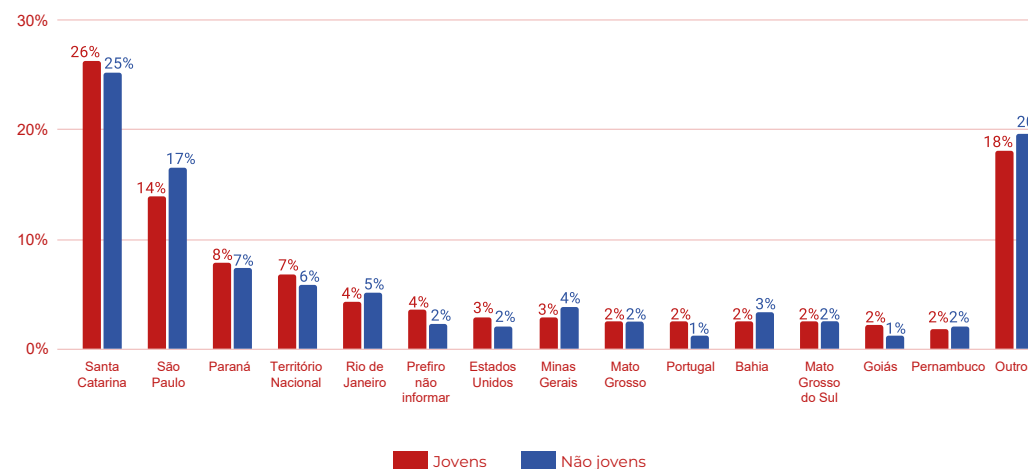


Figura 21 - Jovem e não jovem arquiteto e urbanista (escritório ou empresa prestam serviços para quais estados ou países) - em percentual.

Essa atuação tem ficado mais circunscrita aos dois outros estados da Região Sul do país, além de São Paulo, na Região Sudeste. Necessário notar, finalmente, a menção ao exercício profissional em outros países: Estados Unidos da América (3% para jovens e 2% não jovens) e Portugal (2% para jovens e 1% para não jovens) com uma participação muito pequena do total de respondentes.

A maior parte dos jovens e dos não jovens não presta serviços para outros estados ou países. Os que prestam, o fazem principalmente para os estados da Região Sul (Santa Catarina e Paraná) e do Sudeste (São Paulo).

No que se refere à satisfação do profissional com aspectos diversos de seu cotidiano laboral, grande parte dos jovens (40%) e dos não jovens (40%) declarou estar satisfeito com as atividades que exercem. Esses são seguidos daqueles indiferentes, com porcentagem de 28% para jovens e 28% para não jovens (Figura 22).

Em relação ao salário e à remuneração, o cenário muda totalmente. **Mais da metade dos respondentes se mostrou insatisfeita ou totalmente insatisfeita, tanto jovens quanto não jovens (56% dos jovens e 43% dos não jovens)** (Figura 23). Essa resposta pode estar relacionada com a remuneração, em que 64% dos jovens arquitetos responderam receber até 3 salários mínimos e 54% dos não jovens entre 1 e 6 salários mínimos; em ambos os casos, são remunerações abaixo do valor definido por lei (Lei 4.950-A/66).

Quanto ao equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, a maior parte dos jovens (35%) e dos não jovens (32%) se mostrou indiferente. Mostraram-se satisfeitos ou totalmente satisfeitos 33% dos jovens e 40% dos não jovens. Já 33% dos jovens se mostraram insatisfeitos ou totalmente insatisfeitos, porcentagem maior do que entre os não jovens (26%) (Figura 24). Ou seja, **1/3 dos jovens e dos não jovens declarou-se satisfeito ou totalmente satisfeito com o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal.**

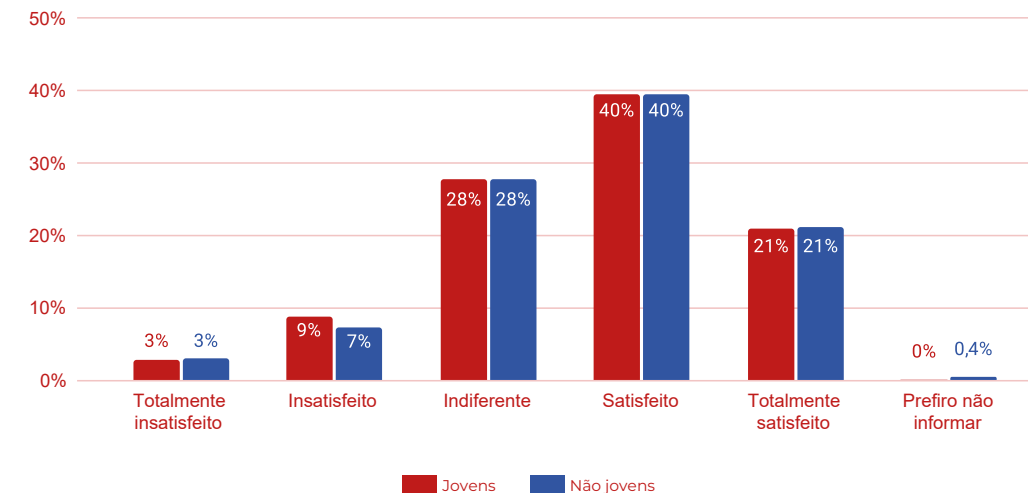


Figura 22 - Jovem e não jovem arquiteto e urbanista e o quanto está satisfeito com sua situação profissional em relação às atividades profissionais que exerce - em percentual.

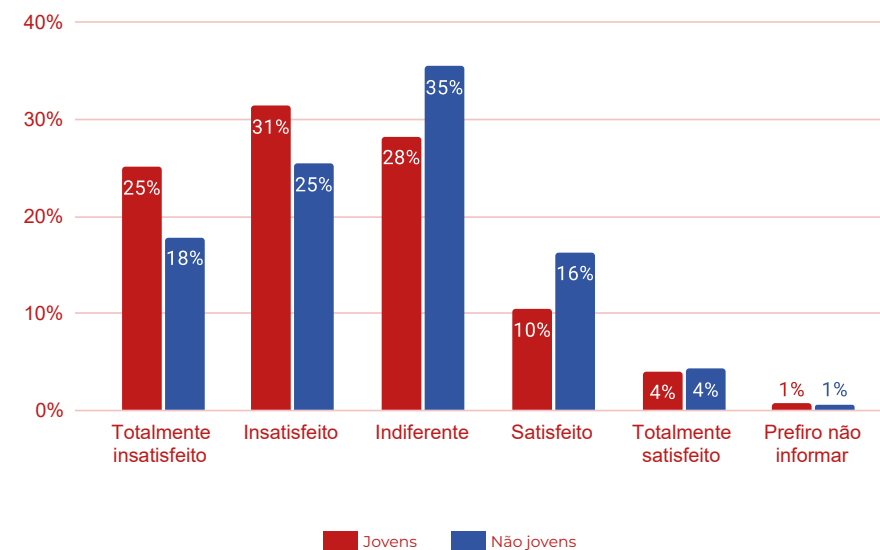


Figura 23 - Jovem e não jovem arquiteto e urbanista e o quanto está satisfeito com sua situação profissional em relação ao salário ou remuneração - em percentual.

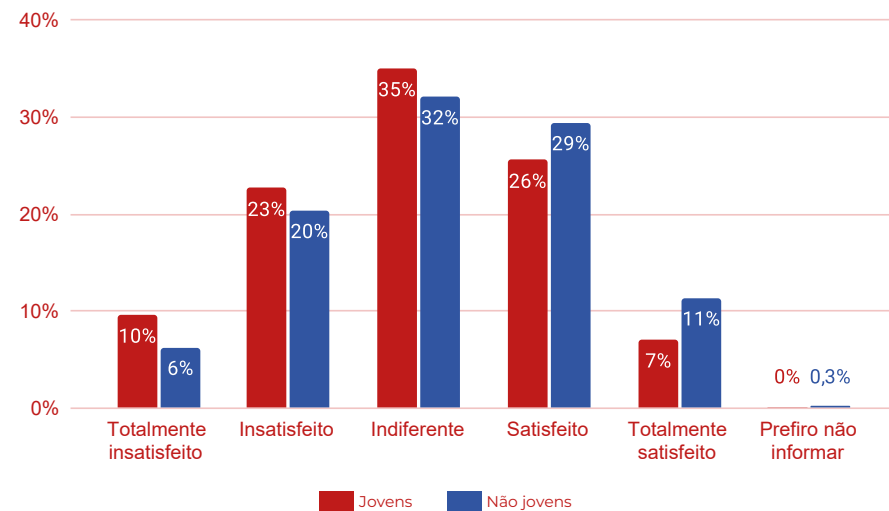


Figura 24 - Jovem e não jovem arquiteto e urbanista e o quanto está satisfeito com sua situação profissional em relação ao equilíbrio entre trabalho e vida pessoal - em percentual.

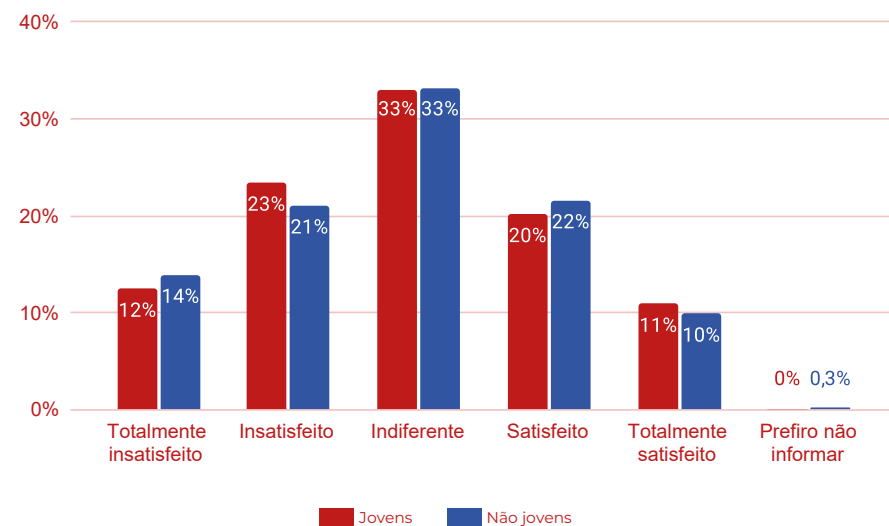


Figura 25 - Jovem e não jovem arquiteto e urbanista e o quanto está satisfeito com sua situação profissional em relação às oportunidades de crescimento na sua carreira - em percentual.

Em relação às oportunidades de crescimento na sua carreira profissional, ambos os grupos responderam, majoritariamente, se considerarem indiferentes (33% dos jovens e 33% dos não jovens). Já 35% dos jovens e dos não jovens declararam estar insatisfeitos ou totalmente insatisfeitos, e 31% dos jovens e 32% dos não jovens mostraram-se satisfeitos ou totalmente satisfeitos (Figura 25).

E, por fim, quanto às perspectivas de aposentadoria, podemos dizer que as respostas de jovens e não jovens diferem estatisticamente. A grande maioria dos jovens mostrou-se insatisfeito ou totalmente insatisfeito (74%). Já entre os não jovens, o percentual foi mais baixo (62%) (Figura 26). Apesar de insatisfeitos com as perspectivas de aposentadoria, a maior parte dos jovens e não jovens está se preparando para a aposentadoria (58% dos jovens e 65% dos não jovens). A principal forma tem sido a contribuição ao INSS (42% dos jovens e dos não jovens). Já um percentual muito maior de jovens (38%) respondeu não estar se preparando para a aposentadoria, valor bem superior quando comparado com os não jovens (17%) (Figura 27).

Enfim, os dados indicam que não há uma diferença significativa na percepção de jovens e não jovens quanto à satisfação de diversos aspectos da atuação profissional. A única diferença mais importante se deu em relação às perspectivas de aposentadoria, em que jovens (74%) e não jovens (62%) estão insatisfeitos ou totalmente insatisfeitos com as perspectivas de aposentadoria.

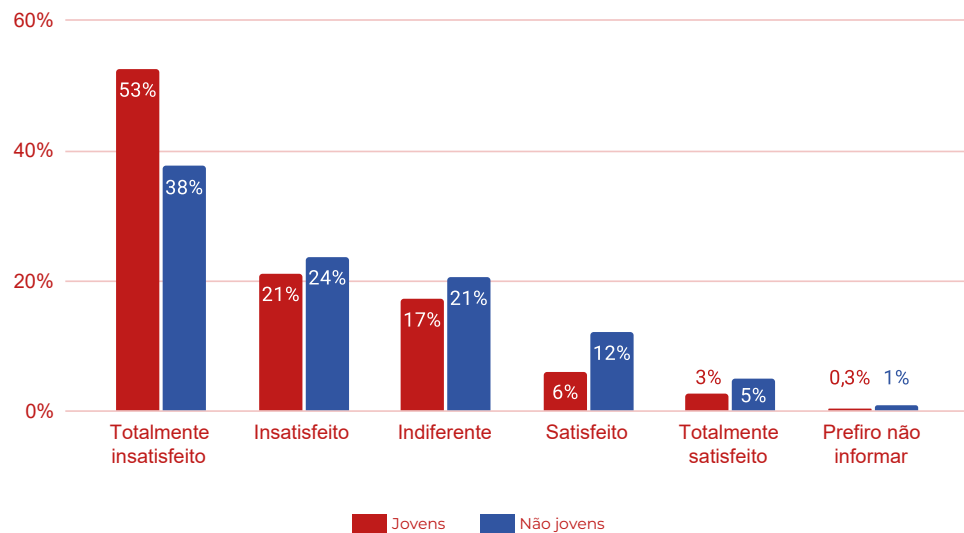


Figura 26 - Jovem e não jovem arquiteto e urbanista e o quanto está satisfeito com sua situação profissional em relação a perspectivas de aposentadoria - em percentual.

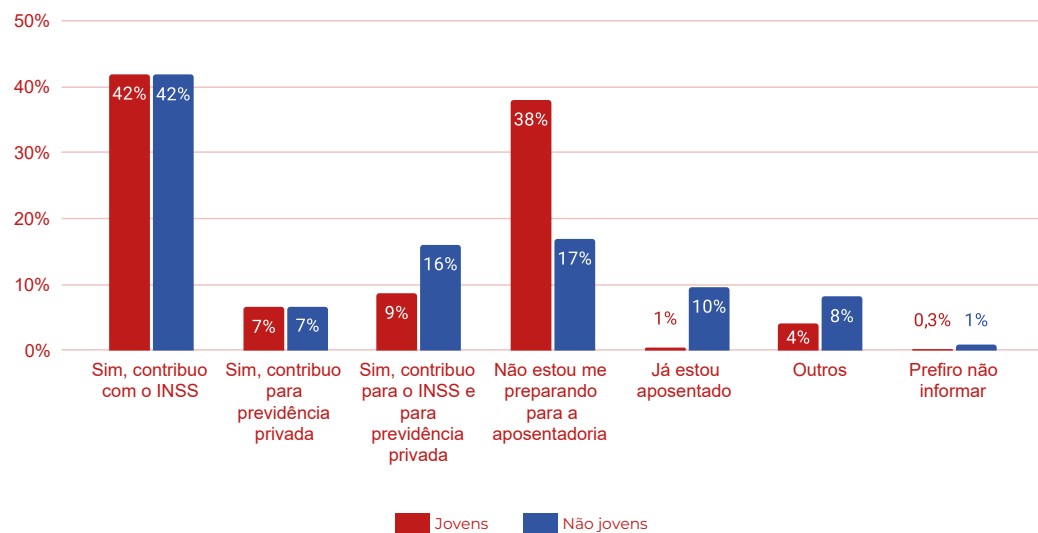


Figura 27 - Jovem e não jovem arquiteto e urbanista e se está se preparando para a aposentadoria - em percentual.

A percepção sobre quais são os desafios mais importantes para a profissão foi semelhante para jovens e não jovens e em números percentuais muito próximos em três itens: a garantia da justa remuneração e de direitos trabalhistas (25% jovens e 22% não jovens), a necessidade de ser um profissional com múltiplas habilidades e competências (24% jovens e 22% não jovens) e o impacto do mundo digital no exercício profissional (22% jovens e 24% não jovens). Em números ligeiramente menores está o desafio do maior reconhecimento da profissão pela sociedade (19% jovens e 20% não-jovens) e, em número ainda menor, as questões relacionadas com as mudanças climáticas (9% jovens e 10% não jovens) (Figura 28).

Para os respondentes do questionário, os desafios mais importantes para a profissão foram aqueles vinculados ao exercício profissional (a garantia de remuneração e direitos, a necessidade de ter múltiplas habilidades e competências, o mundo digital no exercício profissional) e não aqueles externos à atuação (o reconhecimento da profissão e as mudanças climáticas).

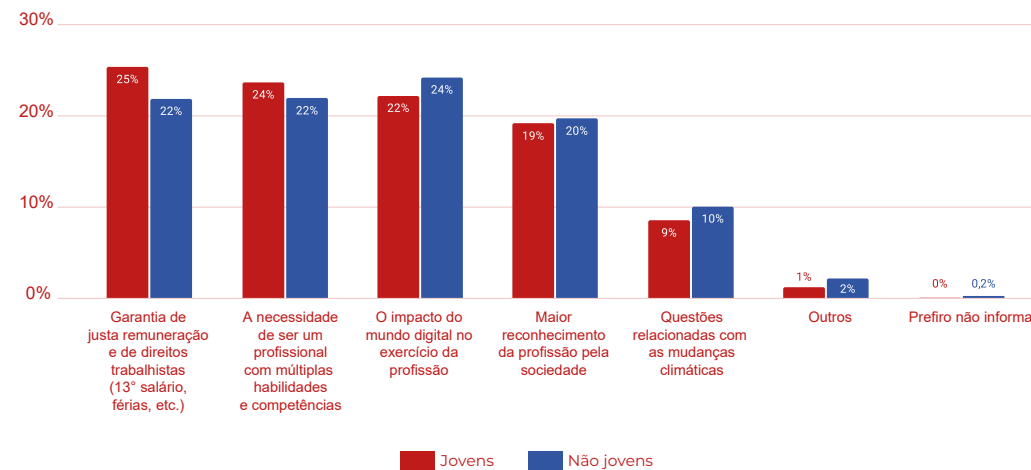


Figura 28 - Jovem e não jovem arquiteto e urbanista e sua opinião sobre os maiores desafios que a profissão enfrentará no futuro - em percentual¹⁶.

¹⁶ Nessa pergunta poderiam ser selecionadas até 3 opções.

Relação com o CAU/RS

Sobre a relação com o CAU/RS, os respondentes foram questionados sobre ter ou não o vínculo ativo com o Conselho. O número de jovens e não jovens que declararam ter registro ativo no CAU/RS é semelhante (85% jovens, 82% não jovens). Nota-se que a maior diferença encontra-se entre jovens (15%) e não jovens (2%) que declararam não ter registro ativo no CAU/RS. Essa diferença pode resultar do alto número de não jovens que preferiram não responder a essa questão (16%) ou ao fato de seu vínculo empregatício não exigir o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT (Figura 29).

Quando se observa o motivo para que jovens profissionais não se registrem no Conselho, verifica-se que a não utilização dos recursos que o CAU/RS oferece (45%) e o alto custo da anuidade (36%) são identificados como as maiores razões. Um percentual pequeno declarou que não mantém o registro ativo no CAU/RS porque faltam benefícios (jovens, 3%; não jovens, 11%) ou porque exercem a profissão noutro estado ou país (jovens, 2%; e sem respondentes não jovens) (Figura 30).

A justificativa para inatividade do registro com o CAU, seja pelo custo da anuidade ou por não utilizarem os recursos que o CAU/RS pode indicar que os arquitetos e urbanistas não reconhecem que o valor pago na anuidade se traduza em benefícios diretos à sua atuação. Essa pode ser a mesma razão que leva 78% dos jovens a não participarem de alguma ação, evento ou projeto do CAU/RS.

O maior percentual de jovens (35%) e não jovens (31%) arquitetos e urbanistas manifestou-se indiferente quanto ao seu nível de satisfação com o CAU/RS. Já 33% dos jovens e 32% dos não jovens declararam-se totalmente insatisfeitos ou insatisfeitos. Por outro lado, 31% dos jovens e 35% dos não jovens declararam-se totalmente satisfeitos ou satisfeitos com o CAU/RS (Figura 31).

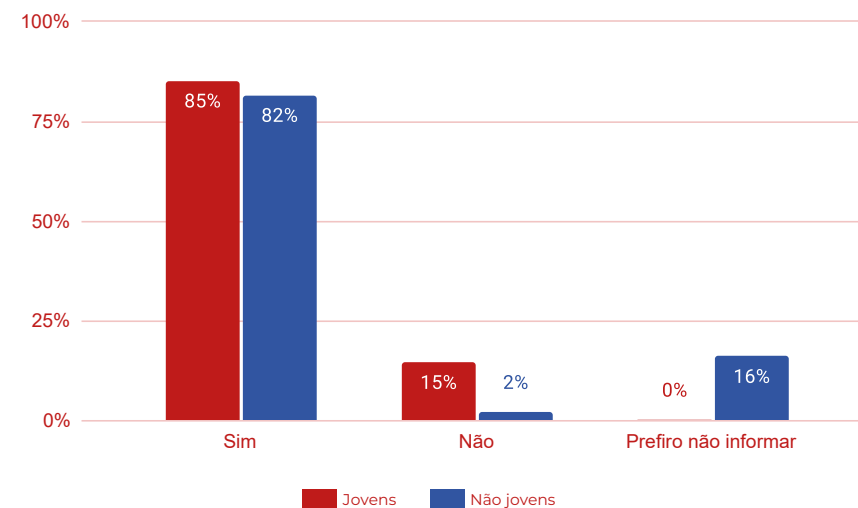


Figura 29 - Jovem e não jovem arquiteto e urbanista e se possui registro ativo no CAU/RS - em percentual.

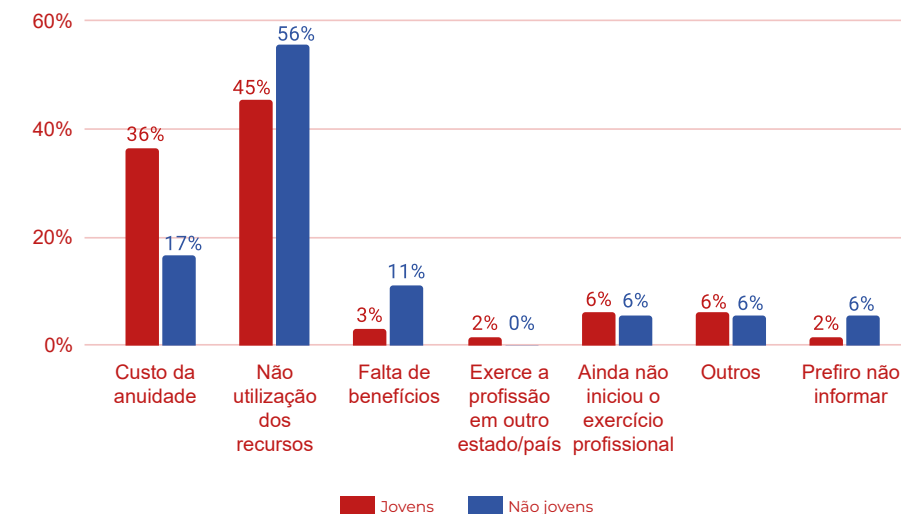


Figura 30 - Jovem e não jovem arquiteto e urbanista e o motivo de não possuir registro ativo no CAU/RS - em percentual.

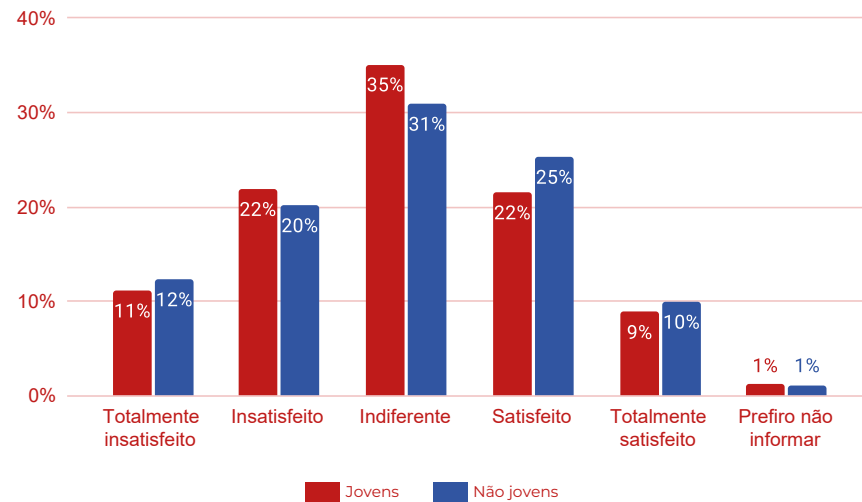


Figura 31 - Jovem e não jovem arquiteto e urbanista e sua avaliação de satisfação com o CAU/RS - em percentual.

Quando questionados sobre a participação em alguma ação, evento ou projeto do CAU/RS, a maior parte de ambos os perfis declarou não ter participado (78% dos jovens e 63% dos não jovens, diferença de 15%). Já os jovens que declararam ter participado de alguma ação do CAU/RS foram 22% e os não jovens, 35% (uma diferença de 13%). Ou seja, **há uma tendência de menor participação nas ações promovidas pelo CAU/RS entre os jovens arquitetos.**

A maior parte dos profissionais tomam conhecimento das ações e projetos do CAU/RS através do e-mail (39% dos jovens e 44% dos não jovens). O Instagram é um canal de acesso às informações sobre as atividades do CAU/RS para 27% dos jovens e para 17% dos não jovens, uma diferença de 10% entre os dois grupos. O site do CAU/RS representa um canal de divulgação para 16% dos jovens e 18% dos não jovens. Apenas 5% dos jovens e 3% dos não jovens declararam não tomar conhecimento das atividades realizadas pelo conselho.

Verifica-se, logo, que o e-mail continua sendo uma importante forma de acesso às informações do CAU/RS para os profissionais jovens e não jovens, enquanto o Instagram é uma plataforma mais importante para jovens do que para não jovens.

Jovens profissionais sem registro ativo no CAU/RS

Dos arquitetos e urbanistas respondentes que não possuem registro ativo no CAU/RS e trabalham atualmente com Arquitetura e Urbanismo (85 respondentes), 78% (62 respondentes) são jovens arquitetos e urbanistas (formados entre 2018-2023). Os dados aqui analisados não puderam ser avaliados estatisticamente, já que não é possível determinar o universo dos jovens arquitetos e urbanistas sem registro ativo no CAU/RS.

O não registro no CAU/RS entre os jovens arquitetos pode ser melhor compreendido quando analisamos a resposta sobre quem realiza o RRT das atividades que realiza. Entre os que não possuem registro no CAU/RS 65% responderam que o RRT é assinado pelo contratante (já entre o grupo que possui registro ativo com o CAU/RS, essa porcentagem cai para 24%), seguido pelo registro pela equipe de trabalho (9%) (Figura 32). Já 16% do grupo sem registro ativo no CAU/RS responderam não fazer o RRT, podendo indicar exercício irregular da profissão ou atuação em atividades que não estejam vinculadas à Arquitetura e Urbanismo.

A renda não parece ser um fator que leve o jovem profissional para o exercício da profissão sem registro, uma vez que não há diferença significativa entre os com registro ativo e sem registro ativo na distribuição dos profissionais pelas diversas faixas de renda (Figura 33). Na faixa de renda entre 1 e 3 salários mínimos, os jovens com registro ativo representam 54% do total, enquanto os sem registro ativo, 60%. Já na faixa salarial entre 3 e 6 salários mínimos, os com registro ativo são 23% e os sem registro ativo são 31% (faixa salarial em que há maior diferença entre ambos, 9%).

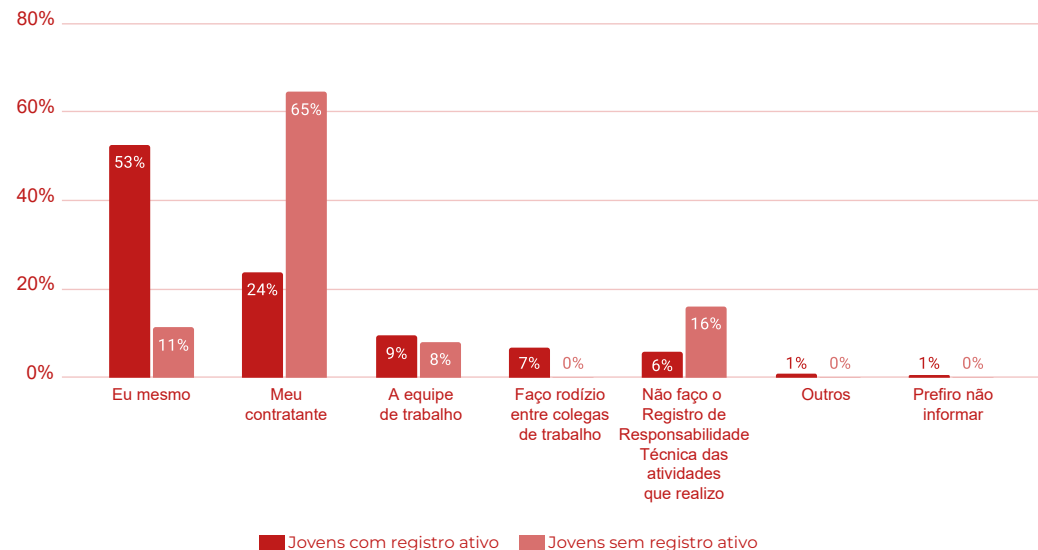


Figura 32 - Jovens com e sem registro ativo no CAU/RS e quem faz o RRT das atividades que realiza - em percentual.

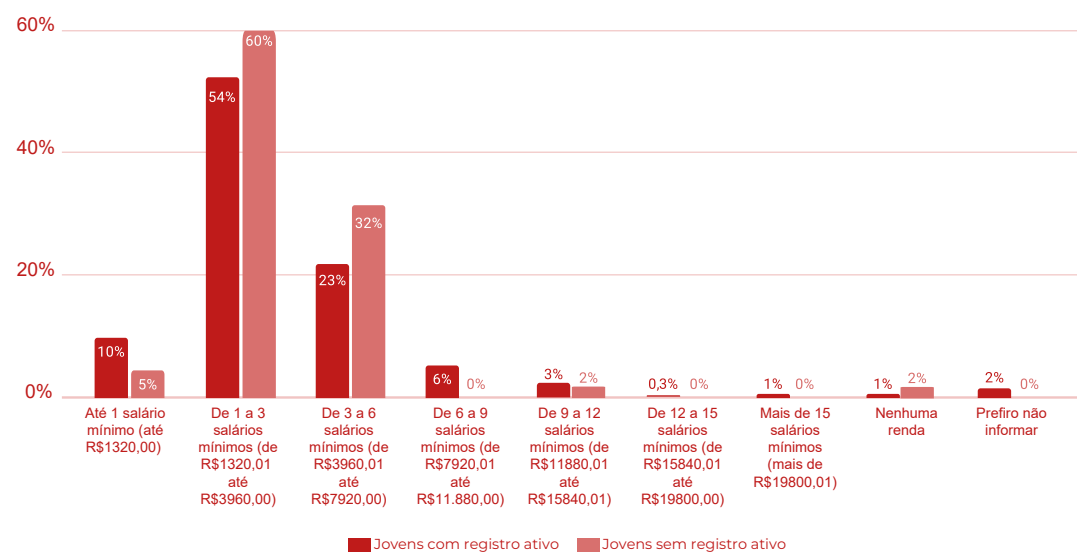


Figura 33 - Jovens com e sem registro ativo no CAU/RS e sua renda bruta (sem descontos) mensal com atividades relacionadas à Arquitetura e Urbanismo - em percentual.

Ao comparar os tipos de trabalho de jovens arquitetos com e sem vínculo ativo no CAU/RS, percebe-se uma diferença importante. Quase metade dos jovens com registro ativo no Conselho têm como principal fonte de renda o tipo profissional autônomo (como pessoa física, 29%) e proprietário de empresa de Arquitetura e Urbanismo (17%), em um total de 47%. Dos jovens sem registro ativo no Conselho, quase metade declarou ser profissional assalariado sem carteira assinada (27%) ou profissional terceirizado (MEI ou pessoa jurídica individual) (25%), um total de 52%. Chama a atenção também a diferença entre jovens sem registro ativo que declararam trabalhar como profissionais com carteira assinada no setor privado (13%), quando comparados com os jovens com registro ativo (5%) (Figura 43). Este último dado pode indicar que os profissionais com carteira assinada no setor privado não fazem o RRT e, portanto, não acham necessário manter ativo o registro no CAU.

Os dados sugerem que o jovem arquiteto e urbanista que exerce sua profissão irregularmente, ou seja, sem o devido registro ativo no Conselho, é, geralmente, aquele que trabalha para outro, seja como assalariado informal ou formal, seja prestando serviço terceirizado ou como pessoa jurídica individual. A condição de irregularidade no vínculo profissional (o assalariamento que burla as exigências trabalhistas) e a terceirização da atividade-fim são, nesse cenário, os fatores que preponderam na inexistência de vínculo ativo com o CAU/RS. Também é possível inferir pelos dados que mesmo quando o jovem arquiteto tem vínculo formal de trabalho como assalariado e com carteira assinada no setor privado, provavelmente não é ele quem faz o Registro de Responsabilidade Técnica sobre as atividades que desenvolve. Essa conclusão pode indicar que o acervo técnico do seu trabalho está ficando com o contratante.

Sobre o ingresso à profissão, a maioria de ambos os perfis - jovens com ou sem registro ativo - iniciou sua atividade profissional imediatamente (65% sem registro ativo, 59% com registro ativo). Essa pequena diferença (4%) não nos parece ser suficiente para afirmar que o registro ativo no Conselho seja fator que contribua ou dificulte o ingresso no mercado de trabalho.

Os jovens sem registro ativo no CAU/RS declararam ter iniciado a atuação profissional como assalariado sem carteira assinada (42%), porcentagem bem superior aos jovens com registro ativo no CAU/RS (24%); ou como profissional terceirizado (MEI, PJ individual) (26%), porcentagem também superior ao grupo dos jovens com registro ativo (14%) (Figura 35), totalizando 68% entre os jovens sem registro ativo e 58% entre os jovens com registro ativo.

A informação sobre os jovens arquitetos sem registro ativo no CAU/RS, quando comparada com aquelas da inserção dos jovens arquitetos e urbanistas no mercado de trabalho (Figura 35) - sem carteira assinada, como pessoa jurídica individual, como microempreendedor individual, como sócio minoritário ínfimo -, sugere uma mudança nas relações de trabalho, que podem indicar uma possível pressão sobre os jovens, maior do que sobre os não jovens, para o trabalho irregular. Ou seja, pode demonstrar que os jovens arquitetos estão se inserindo no mercado de trabalho em atividades que não demandam a emissão de RRT ou em que o RRT é emitido por outra pessoa e, por consequência, não sentem a necessidade de se registrar no CAU/RS.

Quando questionados sobre as principais dificuldades encontradas no começo da sua atuação como arquiteto e urbanista, os jovens sem registro ativo responderam que foram os baixos salários e a baixa remuneração (33%, porcentagem superior do que entre os jovens com registro ativo - 26%), a falta de formalização nas relações de trabalho (19%, porcentagem superior do que entre os jovens com registro ativo - 12%), seguidos da baixa oferta de vagas de emprego (15%).

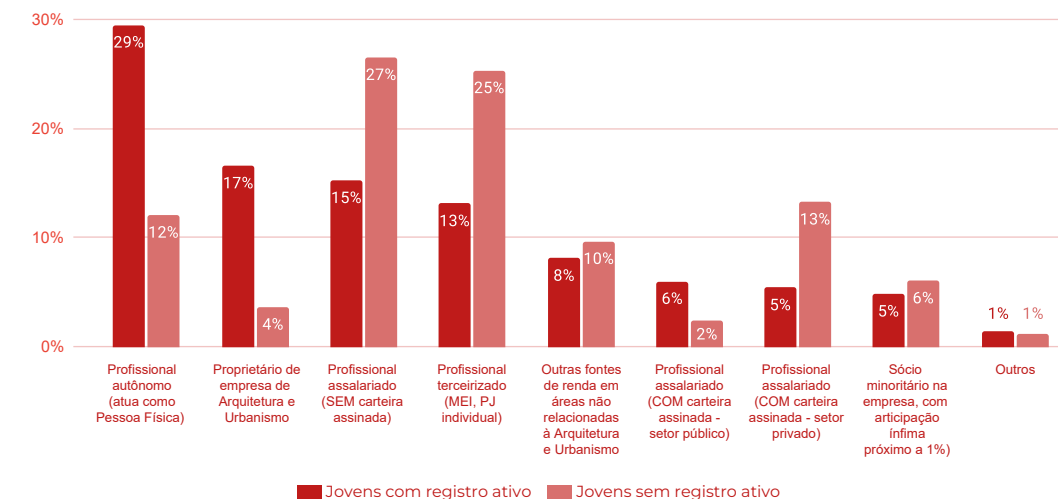


Figura 34 - Jovens com e sem registro ativo no CAU/RS e sua fonte de renda principal - em percentual.

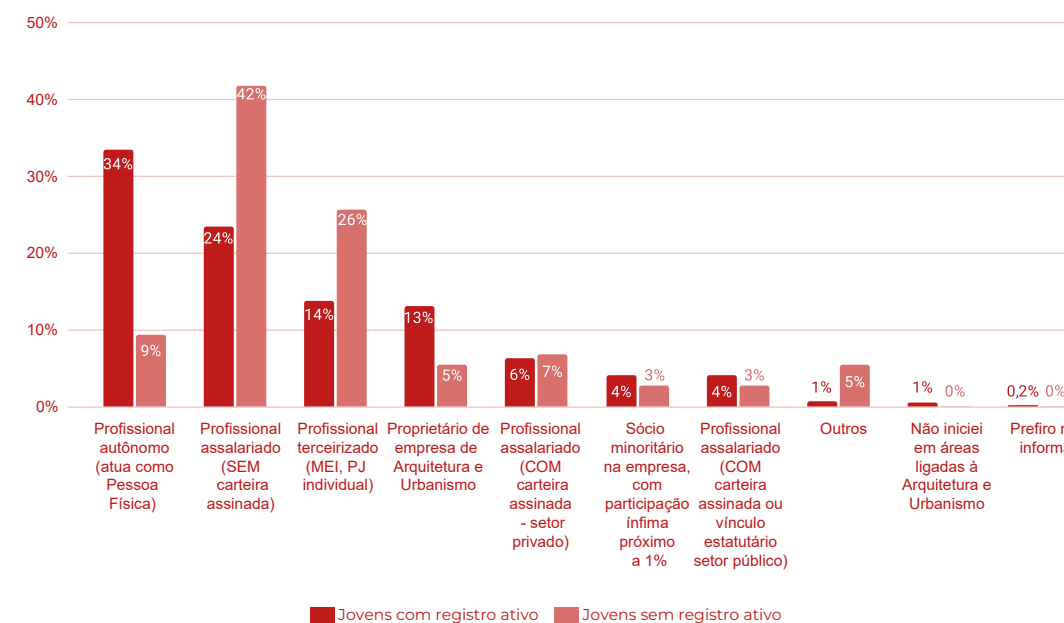


Figura 35 - Jovens com e sem registro ativo no CAU/RS e como iniciaram sua atuação como arquiteto e urbanista - em percentual.¹⁷

¹⁷ Nessa pergunta poderiam ser selecionadas até 3 opções.

Percebe-se, portanto, que os dois grupos concordam que a principal dificuldade são os baixos salários ou baixa remuneração. Essa percepção, contudo, foi maior entre os jovens sem registro ativo. A diferença que merece destaque está na presença maior da dificuldade para montar um escritório entre aqueles com registro ativo e na baixa oferta de vagas de emprego relatada pelos profissionais sem registro ativo.

Essas informações fazem supor que os profissionais sem registro acabam se submetendo à relações laborais fragilizadas e, conseqüentemente, migram para a irregularidade no exercício profissional (já que sem o registro ativo) por conta dos desafios dos baixos salários, da falta de formalização das relações de trabalho e da baixa oferta de vagas.

Já quando foram perguntados sobre quais os principais fatores que facilitaram o início de sua atuação como arquiteto e urbanista, os dois grupos responderam que foi a experiência adquirida com estágios ou trabalhando durante o curso, com porcentagem superior no grupo dos jovens sem vínculo ativo. Em segundo lugar, houve diferença entre os grupos; os sem vínculo ativo apontaram a formação em instituição de ensino superior conceituada (17%) e os com vínculo ativo apontaram as boas referências para indicação de clientes (18%).

Sobre as atividades exercidas majoritariamente por ambos os perfis, predominam as atividades de projeto de interiores (24% entre os jovens sem registro ativo e 25% entre os jovens com registro ativo) e projeto de edificações (20% entre os sem registro e 25% entre os com registro). Em terceiro lugar, há diferença entre os perfis; entre os sem registro ativo, predominam outros projetos (8% e 6% entre os com registro ativo); entre os com registro, predominam atividades de execução e gestão de obras (11% e 7% entre os sem registro ativo). As atividades em que os jovens com registro ativo possuem maior diferença comparado com jovens sem registro ativo são: projeto de edificações (diferença de 5% a mais para jovens com registro ativo) e execução e gestão de obras (diferença de 4% a mais para jovens com registro ativo) (Figura 36).

Os jovens sem registro ativo estão ligeiramente menos representados em atividades de maior demanda do mercado, como projetos de edificações e interiores.

A Regional Porto Alegre é a única em que jovens sem registro ativo são maioria. A Regional Porto Alegre concentra 70% daqueles sem o registro ativo, enquanto jovens com registro ativo representam 53% (uma diferença de 17%). Em todas as demais regionais (Passo Fundo, Caxias do Sul, Santa Maria e Pelotas), os jovens com registro ativo são maioria (Figura 37).

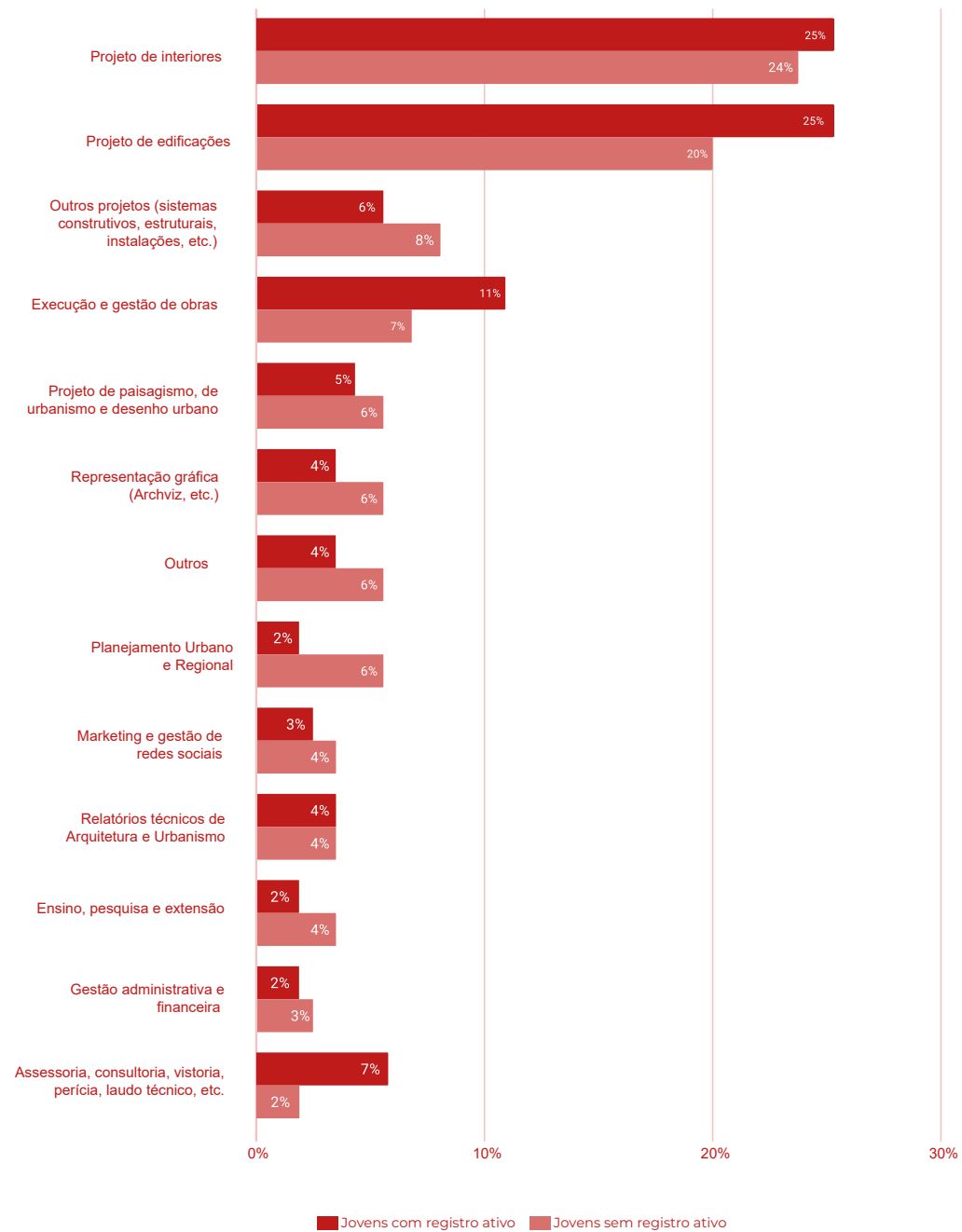


Figura 36 - Jovens com e sem registro ativo no CAU/RS e quais atividades exercem majoritariamente - em percentual.¹⁸

¹⁸ Nessa pergunta poderiam ser selecionadas até 3 opções.

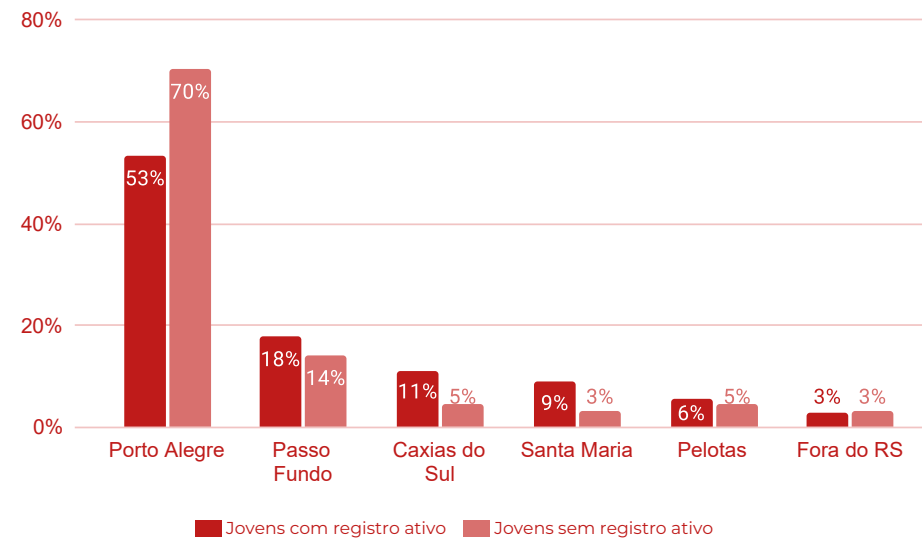


Figura 37 - Jovens com e sem registro ativo no CAU/RS e em qual regional do RS estão sediados (onde exercem majoritariamente sua profissão) - em percentual.

PARTE 2

PERCEPÇÃO DE DESIGUALDADE NO MUNDO PROFISSIONAL SOBRE COR OU RAÇA

O conjunto de perguntas dessa seção correspondia à percepção de desigualdade no mundo profissional referente à cor ou raça. As questões foram agrupadas em dois perfis: i) brancos e ii) pretos, pardos e amarelos. Como o CAU/RS não possui informações sobre cor ou raça, não se pôde determinar o universo desses dois grupos e, portanto, não foi possível realizar testes estatísticos.

Do universo total de respondentes com registro ativo no CAU/RS (1.081 respondentes), 93% se autodeclararam brancos, 1% pretos, 5% pardos, 0,3% amarelos e 1% preferiram não informar a cor ou raça. Não foram obtidas respostas de indígenas (Figura 38).

Quando questionados sobre a existência de diversidade de cor ou raça no ambiente de trabalho do respondente, as respostas entre brancos e pretos, pardos e amarelos foram semelhantes. A maioria respondeu que não há diversidade (49% brancos; 53% pretos, pardos, amarelos).

Quando perguntados se já sofreram ou presenciaram preconceito, discriminação ou algum tipo de humilhação relacionado à cor ou raça no ambiente de trabalho, a maioria dos brancos (86%) e dos pretos, pardos, amarelos (69%) responderam que não. Cabe notar, contudo, a diferença percentual entre ambos (17%). Daqueles que responderam que sim, já presenciaram ou sofreram preconceito, discriminação ou humilhação, o número mais expressivo se deu entre os pretos, pardos, amarelos (30%). Os brancos foram, aqui, 11% (uma diferença de 19%) (Figura 39). **Ou seja, a percepção de pretos, pardos, amarelos sobre o preconceito e a discriminação é maior do que a dos brancos.**

E quando questionados sobre que tipo de discriminação foi sofrida ou presenciada, a maior parte dos pretos, pardos, amarelos (52%) e dos brancos (43%) declarou terem sido relacionadas à imagem pessoal (busca pela criação de um padrão estético ideal para funcionários e prestadores de serviços). Afirmaram que sofreram ou presenciaram discriminação ocupacional

(questionamento da capacidade de executar tarefas mais complexas, mesmo que seja tão capacitado quanto os demais) 43% dos pretos, pardos, amarelos e 36% dos brancos. Os brancos manifestaram ainda que presenciaram discriminação salarial (oferta de salário diferente dos demais, mesmo realizando as mesmas tarefas e sendo tão capacitados quanto os demais) (15%) ou atitudes/falas racistas (4%) (Figura 40).

Sobre cor ou raça, os dados do questionário mostram um predomínio de profissionais brancos (93% dos respondentes). Sobre a percepção da existência de diversidade de cor ou raça no ambiente de trabalho, as respostas de brancos e pretos, pardos, amarelos foram semelhantes. A percepção de pretos, pardos, amarelos sobre o preconceito e a discriminação é maior do que a dos brancos. E quando questionados sobre que tipo de discriminação sofrida ou presenciada, os dois grupos apontaram ter sido a discriminação por imagem e ocupacional.

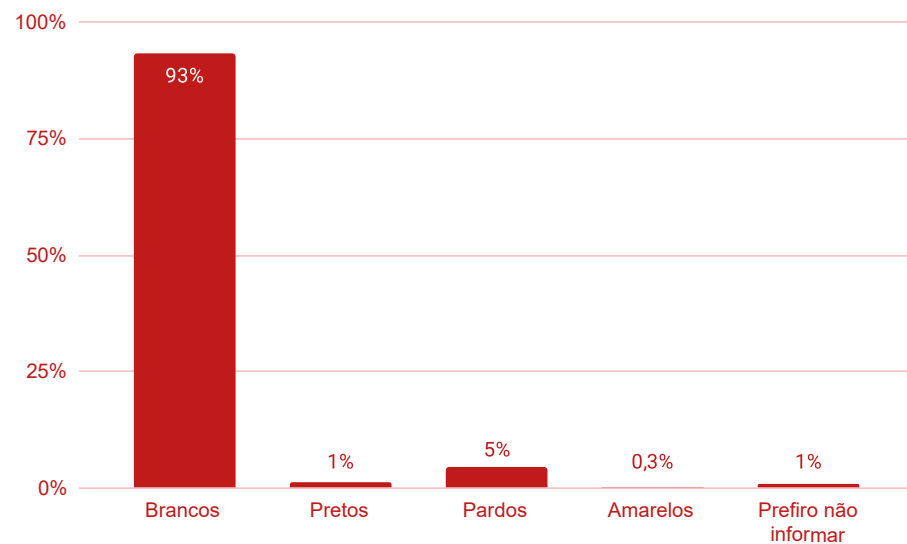


Figura 38 - Cor ou raça dos respondentes (total) - em percentual.

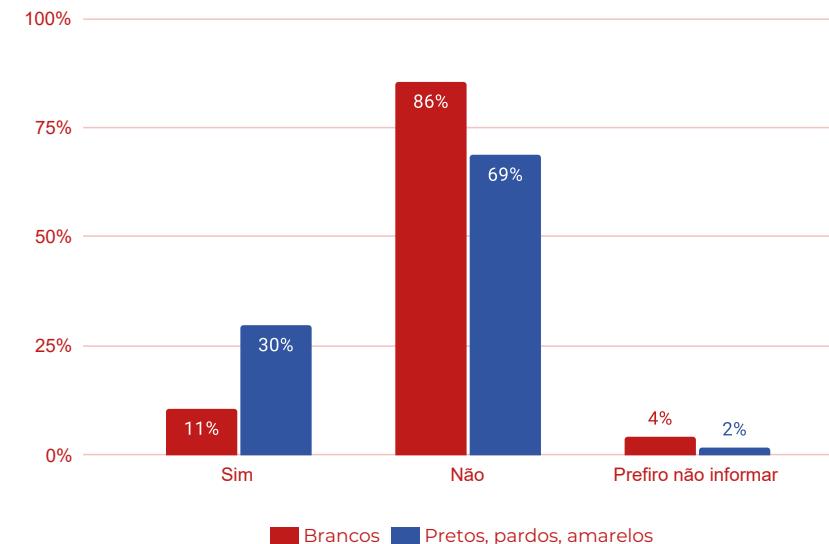


Figura 39 - Brancos, pretos, pardos e amarelos arquitetos e urbanistas e se já sofreram ou presenciaram preconceito, discriminação ou algum tipo de humilhação relacionado à cor ou raça no seu ambiente de trabalho? - em percentual.

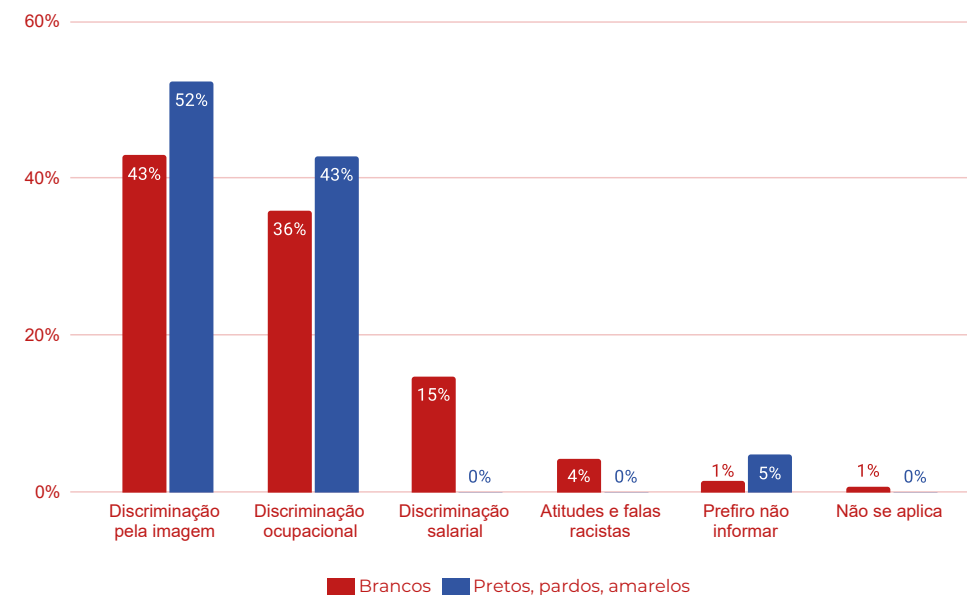


Figura 40 - Brancos, pretos, pardos e amarelos arquitetos e urbanistas e quais tipos de discriminação racial sofreram ou presenciaram?¹⁹ - em percentual.

¹⁹ Discriminação ocupacional (questionamento da capacidade de executar tarefas mais complexas, mesmo que seja tão capacitado quanto os demais); Discriminação salarial (oferta de salário diferente dos demais, mesmo realizando as mesmas tarefas e sendo tão capacitado quanto os demais); Discriminação pela imagem (busca pela criação de um padrão estético ideal para funcionários e prestadores de serviços).

CONCLUSÕES

Os jovens arquitetos com vínculo ativo no CAU/RS são, em sua maioria, mulheres cisgênero, da cor/raça branca, sem deficiência, com ensino superior completo, idade entre 25 e 30 anos e estão concentradas nas Regionais Porto Alegre e Passo Fundo. Quando avaliamos as respostas dos jovens arquitetos em relação à sua Regional sede de moradia e onde exercem majoritariamente a profissão, percebemos uma pequena migração desses profissionais para os municípios da Regional Porto Alegre.

Em relação à Instituição de Ensino Superior (IES) onde o jovem profissional se diplomou, há uma concentração em IES localizadas na Regional Porto Alegre, principalmente nos municípios da Região Metropolitana (Porto Alegre, Novo Hamburgo e São Leopoldo).

A maioria dos jovens (80%) declarou ter se inserido no mercado de trabalho imediatamente após a diplomação, geralmente na condição de autônomo (um terço dos respondentes) ou em uma condição que podemos chamar de trabalho precarizado. Os jovens apontaram como sua principal dificuldade para inserção no mercado de trabalho a baixa remuneração ou os baixos salários.

Essa percepção fica reforçada quando comparada com a declaração dos jovens profissionais sobre sua renda média bruta. Eles estão, em geral, na base da pirâmide salarial, com 64% dos jovens profissionais recebendo até três salários mínimos, valor abaixo do piso salarial definido pela Lei 4.950-A/66. Ou seja, os jovens estão sobrerrepresentados nas faixas salariais mais baixas e os não jovens sobrerrepresentados nas faixas salariais mais altas. Mais da metade dos jovens declarou estar insatisfeito ou totalmente insatisfeito com seu salário ou remuneração, valor superior do que entre os não jovens.

Fica evidente que os jovens profissionais estão geralmente exercendo atividades vinculadas ao projeto e execução de edificações, sendo muito pequeno o exercício de atividades como assessoria, consultoria, perícia, projetos complementares,

paisagismo, urbanismo e planejamento urbano, por exemplo. Os jovens profissionais declararam ainda ter uma jornada de trabalho igual ou superior a 40 horas semanais, com atuação predominante no RS, porém com uma minoria atuando também em outros estados da Região Sul (Santa Catarina e Paraná) e do Sudeste (São Paulo). Os dados sugerem também que os jovens estão mais dispostos a modelos de trabalho alternativos e emergentes (trabalho remoto ou híbrido), que prescindem da presencialidade frequente ou exclusiva.

Sobre o RRT, quase $\frac{1}{3}$ dos jovens profissionais respondeu que é feito pelo contratante ou respondeu não o fazer, valor considerável se levarmos em consideração que o RRT é o documento que registra as informações sobre a atuação profissional do arquiteto, ou seja, são os RRTs que comprovam o acervo técnico do profissional. Entre os não jovens, essa porcentagem é bem menor (11%).

Ao considerar a principal fonte de renda e a forma como iniciou seu vínculo profissional, é possível perceber que, com o passar do tempo, aumenta o número de jovens que conseguem abrir suas empresas e que encontram alternativas à opção de profissional assalariado sem carteira assinada.

Em relação à percepção da satisfação na atuação profissional, os dados indicam que não há uma diferença significativa entre jovens e não jovens. A única diferença mais importante se deu quanto às perspectivas de aposentadoria, em que mais jovens (74%) do que não jovens (62%) declararam estar insatisfeitos ou totalmente insatisfeitos com as perspectivas de aposentadoria. Apesar de insatisfeitos com as perspectivas de aposentadoria, a maior parte dos jovens e não jovens está se preparando para a aposentadoria (58% dos jovens e 65% dos não jovens). A principal forma tem sido a contribuição com o INSS (42% dos jovens e dos não jovens). Já um percentual muito maior de jovens (38%) do que não jovens (17%) respondeu não estar se preparando para a aposentadoria.

No que se refere à satisfação do profissional com aspectos diversos de seu cotidiano laboral, 40% dos jovens declararam estar satisfeitos com as atividades que exercem. Já sobre o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, 33% dos jovens se mostraram insatisfeitos ou totalmente insatisfeitos. Porcentagem similar de jovens responderam estar insatisfeitos ou totalmente insatisfeitos com as oportunidades de crescimento na carreira.

Os desafios mais importantes para a profissão foram, para os respondentes jovens e não jovens, aqueles vinculados ao exercício profissional (a garantia de remuneração e direitos, a necessidade de ter múltiplas habilidades e competências, o mundo digital no exercício profissional) e não aqueles externos à atuação (o reconhecimento da profissão e as mudanças climáticas).

Entre os jovens e não jovens, $\frac{1}{3}$ declarou estar insatisfeito ou totalmente insatisfeito com a atuação do CAU/RS. Houve uma tendência de menor participação nas ações promovidas pelo CAU/RS entre os jovens arquitetos. O e-mail continua sendo uma importante forma de acesso às informações do CAU/RS para os profissionais jovens e não jovens. O Instagram, por sua vez, é uma plataforma mais importante para jovens do que para não jovens.

Os dados sugerem que o jovem arquiteto e urbanista que exerce sua profissão irregularmente, ou seja, sem o registro ativo no Conselho, é, geralmente, aquele que trabalha para outro, seja como assalariado informal ou formal, seja prestando serviço terceirizado ou como pessoa jurídica individual. A condição de irregularidade no vínculo profissional (o assalariamento que burla as exigências trabalhistas) e a terceirização da atividade-fim são, nesse cenário, os fatores que preponderam na inexistência de vínculo ativo com o CAU/RS. Também é possível inferir pelos dados que, mesmo quando o jovem arquiteto tem vínculo formal de trabalho como profissional assalariado com carteira assinada no setor privado, não é ele que faz o Registro de Responsabilidade Técnica sobre as atividades que desenvolve. Essa conclusão pode indicar que o acervo técnico do seu trabalho está ficando com o contratante.

Há uma diferença importante entre os tipos de atividade com que os jovens profissionais com e sem registro ativo no Conselho iniciam a sua atuação profissional. Essa informação reforça aquela sobre o tipo de atividade atualmente exercida pelos profissionais. Ou seja, uma parte significativa dos jovens arquitetos e urbanistas sem registro ativo no Conselho começam sua carreira em algum nível de fragilidade de vínculo laboral (seja através do assalariamento, que burla a legislação trabalhista, ou como terceirizado da atividade-fim da empresa).

Os jovens sem registro ativo estão menos representados em atividades de maior demanda do mercado, como projetos de edificações e interiores. A Regional de Porto Alegre é a única em que jovens sem registro ativo são maioria.

Sobre as principais dificuldades encontradas para o ingresso no mercado de trabalho, foram comparadas as respostas dos jovens arquitetos com e sem vínculo ativo no CAU/RS. Foi possível verificar que os dois grupos concordam que a principal dificuldade são os baixos salários ou a baixa remuneração, apesar desse fato ter sido mais importante entre os jovens sem registro. Houve, contudo, divergência noutras respostas, como a percepção diferente quanto ao problema da falta de formalização das relações de trabalho e a baixa oferta de emprego. A diferença que merece destaque está na presença maior da dificuldade para montar um escritório entre aqueles com registro ativo e na baixa oferta de vagas de emprego relatada pelos profissionais sem registro ativo.

Já quando foram perguntados sobre quais foram os principais fatores que facilitaram o início de sua atuação como arquiteto e urbanista, os dois grupos (com ou sem registro ativo) responderam que foi a experiência adquirida com estágios ou trabalhando durante o curso. Sobre a atuação profissional, os jovens sem registro ativo estão menos representados em atividades de maior demanda do mercado, como projetos de edificações e interiores.

Por fim, sobre a desigualdade no mundo do trabalho referente à cor ou raça, os dados do questionário mostram um predomínio de profissionais brancos (93% dos respondentes). Sobre a percepção da existência de diversidade de cor ou raça no ambiente de trabalho do respondente, as respostas dos dois grupos analisados (brancos e pretos, pardos, amarelos) foram semelhantes. A percepção de pretos, pardos e amarelos sobre o preconceito e a discriminação é maior do que a dos brancos. E quando questionados sobre que tipo de discriminação sofrida ou presenciada, os dois grupos apontaram a discriminação por imagem e ocupacional.

Esperamos que o conteúdo aqui apresentado permita aos profissionais e futuros profissionais arquitetos e urbanistas gaúchos ampliarem seu conhecimento e compreensão sobre a profissão, bem como auxiliem o CAU/RS na sua atuação.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 5ª edição. Editora Cortez, 2 de março de 2011.

DEBELL, M., & KROSNICK, J.A. (2009). Computing Weights for American National Election Study Survey Data.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: outubro de 2023.

BRASIL. Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4950a.htm>. Acesso em: outubro de 2023.

FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo. Texto para discussão 1369 - IPEA. Brasília. p. 1-47. janeiro de 2009. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1545>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico de 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: novembro de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: junho de 2023.

JANNUZZI, P. M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações. 3ª edição. Campinas/SP: Editora Alínea, 2012.

Realização:



Patrocínio:

